



Lisbon School
of Economics
& Management
Universidade de Lisboa



Universidade de Lisboa

ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão

Mestrado em Ciências Empresariais

Trabalho Final de Mestrado

Dissertação

*O impacto da desmonetização da economia no sistema
económico informal*

João Pedro Sarmiento Toupá

Outubro de 2023



Lisbon School
of Economics
& Management
Universidade de Lisboa



Universidade de Lisboa

ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão

Mestrado em Ciências Empresariais

Trabalho Final de Mestrado

Dissertação

*O impacto da desmonetização da economia no sistema
económico informal*

João Pedro Sarmiento Toupa

Orientador:

Professor Doutor José Dias Lopes

Outubro de 2023

Agradecimentos

De modo geral, quero endereçar os meus agradecimentos a todas as pessoas que, tanto direta como indiretamente, me acompanharam ao longo do meu percurso académico no ISEG e cujo apoio se revelou crucial em diversos momentos.

Em primeiro lugar, dedico um agradecimento especial ao Professor Doutor José Dias Lopes por toda a cooperação e devoção ao longo do projeto. Agradeço-lhe o esforço ao longo de todos os meses de orientação, pelos conhecimentos transmitidos e pela sua compreensão demonstrada durante este percurso. Ao ISEG agradeço pelo voto de confiança e pelo acolhimento que me proporcionaram, o que me permitiu solidificar e completar a minha formação académica.

Em segundo lugar, quero expressar o meu apreço para com os participantes do questionário, que me possibilitaram elaborar e apresentar um estudo completo, com contribuições que considero úteis para a matéria em análise.

Em terceiro lugar, um agradecimento aos meus pais, pelos incentivos dados nas fases mais complicadas e por me recordarem do meu desejo e objetivo em concluir mais um desafio a que me propus, no qual empreguei todo o empenho possível. À minha namorada, Bruna, agradeço-te por teres sido sempre compreensiva, encorajadora e por assumires o papel fundamental de me assegurares, nos momentos mais difíceis, que toda a minha dedicação iria ser recompensada.

De seguida, queria expressar todo o meu apreço e gratidão aos meus amigos e companheiros de mestrado - Clarisse, Carina, Manuel e Rita, por todos os momentos inesquecíveis passados durante esta bonita caminhada. Aos meus amigos - Catarina, Gonçalo, Francisco, Inês, Leandro, Raquel e Rodrigo, agradeço-vos por toda a vossa alegria e contributo para ser uma pessoa mais feliz.

E, por último, aos meus colegas do Banco de Portugal, por toda a compreensão e empatia nos momentos de maior cansaço acumulado e, também, pelo conhecimento que me transmitiram ao longo destes últimos meses.

Resumo

A presente dissertação tem como finalidade investigar a capacidade que uma medida de desmonetização da economia apresenta no condicionamento e redução das economias informais, bem como das atividades associadas às mesmas, tais como a evasão fiscal, e a corrupção. A investigação teve o suporte de casos reais, nomeadamente a desmonetização indiana e a promoção do governo angolano à formalização da sua economia. Não obstante, procurou-se aprofundar o conhecimento sobre variáveis relevantes ao tema, como por exemplo: a inclusão financeira; a importância do desenvolvimento tecnológico, particularmente nos registos de transações; a influência dos fatores confiança e segurança na adesão aos meios de pagamento eletrónicos e digitais, entre outros.

De forma a testar a veracidade das questões de investigação, assim como das diversas visões dos autores a respeito deste tema, foi utilizado no âmbito da metodologia o método de Delphi, procurando obter respostas que solucionassem a problemática de investigação. A recolha de dados foi efetuada através de duas rondas de questionários sequenciais, nas quais se explorou e analisou o nível de consenso obtido sobre as questões colocadas e, conseqüentemente se retiraram as devidas conclusões.

Relativamente aos resultados, é consensual entre os especialistas e, por isso, passível de ser concluído que a substituição de notas e moedas físicas por novas tecnologias e meios de pagamento pode ser uma ferramenta com uma potencialidade assinalável para a evolução do paradigma económico, nomeadamente no combate à evasão fiscal, à corrupção e aos problemas advindos das economias informais. Adicionalmente, foi também consensual o efeito positivo da desmonetização na promoção da inclusão financeira, no incentivo ao desenvolvimento do setor bancário, na criação de novas oportunidades de negócios e, por último no crescimento económico.

Palavras-chave: desmonetização da economia, digitalização, cumprimento fiscal, economia paralela, formalização da economia, PREI

Abstract

This master's dissertation intends to investigate the capability of an economic demonetization to affect and reduce informal economies, as well as the activities within them, such as tax evasion and corruption. This research used real cases, namely the Indian demonetization event and the Angolan government policies to promote the formalization of its economy. Nevertheless, in this study, we sought to deepen our knowledge of the variables associated with the topic, as we comprehended their significance to the research, therefore we can highlight: the financial inclusion; the importance of technological development, particularly in the case of transaction records; the influence of the trust and security factors in the acceptance of electronic and digital means of payment, amongst others.

In order to test the truthfulness of the research problem, as well as the different perspectives of the authors on this subject, the Delphi method was employed within the parameters of the methodology, to seek through consensus amongst experts, to gather knowledge and answers that would lead to the solution of the researched problem. In this manner, data was gathered through the use of two rounds of sequential questionnaires in which the level of consensus obtained on the questions asked was explored and analyzed and, consequently, the appropriate conclusions were drawn.

According to the findings, there is a general agreement amongst experts that the replacement of physical currency with new technologies, such as new payment methods, has the potential to be an important tool in the evolution of the world's economic context, particularly in the fight against tax evasion and the problems associated with informal economies. Furthermore, demonetization and the use of technology as its foundation, can also encourage and promote financial inclusion, as well as new business opportunities and overall economic growth.

Keywords: demonetization of the economy, digitalization, tax compliance, shadow economy, formalization of the economy, PREI

Índice

Resumo	IV
Abstract	V
1. Introdução	1
1.1. <i>Contextualização teórica</i>	1
1.2. <i>Relevância e objetivos do Estudo</i>	1
1.3. <i>Estrutura do Estudo</i>	2
2. Revisão de Literatura	3
2.1. <i>Desmonetização da economia</i>	3
2.1.1. <i>Desmonetização da economia e os seus impactos: o caso da Índia</i>	5
2.1.2. <i>A desmonetização e a relação com a digitalização da economia</i>	7
2.2. <i>Cumprimento fiscal</i>	10
2.2.1. <i>A evasão fiscal na forma de economias paralelas</i>	11
2.2.2. <i>Formalização da Economia: o programa de reconversão da economia informal</i> ..	14
3. Metodologia	16
3.1. <i>Enquadramento Metodológico – Método Delphi</i>	17
3.1.1. <i>Método Delphi. Vantagens e desvantagens</i>	19
3.1.2. <i>Seleção do painel de profissionais na área</i>	20
4. Análise de resultados	21
4.1. <i>Discussão de resultados - primeira ronda do questionário</i>	21
4.2. <i>Discussão de resultados - Segunda ronda do questionário</i>	25
4.3. <i>Comparação dos resultados do estudo com a revisão de literatura</i>	29
5. Conclusões e recomendações para estudos futuros	30
5.1. <i>Conclusões sobre o estudo</i>	30
5.2. <i>Limitações do estudo</i>	32

5.3. <i>Recomendações para investigações futuras</i>	32
Referências	33
Anexos	43

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Afirmações acerca dos objetivos da desmonetização da economia	5
Tabela 2 - Impactos da desmonetização na Índia	7
Tabela 3 - Influência do fator confiança nas transações não físicas.....	9
Tabela 4 - Evolução do conceito de economia paralela	12
Tabela 5 - Fatores que influenciam a economia paralela	13
Tabela 6 - Objetivos e Medidas do PREI incluído PND 2013-2017.....	15
Tabela 7 - Objetivos do PREI incluído PND 2018-2022	16
Tabela 8 - Medidas do PREI incluídas no PND 2018-2022.....	16
Tabela 9 - Vantagens do método Delphi	20
Tabela 10 - Desvantagens do método Delphi.....	20
Tabela 11- Questões e Respostas da primeira fase.....	22
Tabela 12 - Questões e Respostas da segunda fase	26

Índice de Figuras

Figura 1- Método Delphi - processo utilizado no estudo	19
--	----

Lista de Siglas e Acrônimos

- PREI - Plano de Reconversão da Economia Informal
- PND - Plano de Desenvolvimento Nacional
- RGPD – Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados

1. Introdução

1.1. Contextualização teórica

A desmonetização da economia é um fenómeno que ganha cada vez maior preponderância devido ao surgimento de tecnologias mais modernas e desenvolvidas, tal como afirma Braga et al. (2013). O papel do desenvolvimento tecnológico é fundamental para dar resposta às necessidades que uma medida de desmonetização requer, dado que esta última, segundo Praseetha et al. (2019) passa pela perda da moeda física, ou seja, a redução da moeda em circulação na economia. Assim sendo, existe uma relação de causalidade entre o desaparecimento da moeda física e a inovação tecnológica, neste sentido Kohli e Kumar (2016) sugerem que a desmonetização pode influenciar a adoção mais célere da tecnologia. Por outro lado, Nguyen (2020) adianta que o desenvolvimento tecnológico dos meios de pagamento alternativos, levou à redução da moeda física. Deste modo, a perda do dinheiro físico, não rastreável, pode condicionar a existência das economias paralelas que, segundo Schneider (2010), incluem as atividades deliberadamente escondidas das autoridades.

1.2. Relevância e objetivos do Estudo

Sam et al. (2021) refere que uma medida de desmonetização tem como objetivo o combate dos esquemas fraudulentos. Deste modo, a existência de um estudo que analise os impactos que o desaparecimento do numerário físico apresenta nas economias onde perdurem as práticas de atividades fraudulentas constitui uma fonte enriquecedora de conhecimento. Por outro lado, Mukhopadhyay (2016) acrescenta que esta medida incentiva a inclusão financeira. Assim sendo, este estudo procura também abordar o papel que a desmonetização da economia tem na inovação tecnológica, neste sentido Aggarwal e Gupta (2019) afirmam que esta contribui para o aumento da utilização dos meios de pagamento digitais e para o desenvolvimento dos mesmos.

Os objetivos do presente estudo passam pelo aprofundamento e confirmação sobre a forma como a operação de desmonetização de uma economia influencia os sistemas económicos informais. Isto é, de que modo são sentidos os efeitos desta medida na população, nas economias, no cumprimento fiscal e no combate à falta do mesmo. Neste sentido, torna-se oportuno o estudo do plano de formalização da economia angolana, visto que este procura, entre os vários objetivos, condicionar as economias informais e proporcionar uma maior inclusão financeira. Em adição, a

investigação pretende também elaborar e validar a importância e o papel que o desenvolvimento tecnológico detém numa medida deste tipo. O estudo pretende então responder às seguintes questões:

- Será uma medida de desmonetização da economia capaz de, positivamente, condicionar o desenvolvimento de atividades nas economias informais?
- Como é que a inovação e o desenvolvimento dos meios de pagamento tecnológicos viabilizam a existência duma economia sem dinheiro físico, nos países com economias informais?

A relevância do estudo justifica-se tanto pela atualidade da matéria em análise, como pela importância de explorar e aprofundar o conhecimento sobre a relação bilateral existente entre uma medida de desmonetização e a inovação tecnológica dos meios de pagamento. Já que, para Kohli e Kumar (2016) uma economia assente no uso de meios de pagamento alternativos ao numérico físico incentiva a adesão das populações à tecnologia e, no sentido inverso, Nguyen (2020) confirma o impacto do desenvolvimento contínuo de novas tecnologias e métodos de pagamento na redução da preferência de uso do dinheiro físico. Em adição, Fouillet et al. (2021), Sam et al. (2021) Singh e Ghosh (2021) e Zhu et al. (2018) destacam ainda a importância do uso das transações digitais e pagamentos eletrónicos na promoção da inclusão financeira. Assim sendo, torna-se pertinente averiguar de que forma e em qual proporção a desmonetização da economia aumenta a inclusão financeira.

1.3. Estrutura do Estudo

A presente dissertação encontra-se formulada por cinco capítulos. O capítulo inicial aborda o tema investigado, os objetivos a alcançar, as questões de investigação que se tenciona responder, a relevância do estudo e, por último, a estrutura do mesmo. O capítulo seguinte contém a revisão de literatura, na qual se detalha e analisa as componentes do estudo e, onde é estabelecida uma relação entre as mesmas, para que seja possível compreender e validar se estas se influenciam e, se sim, de que forma. O terceiro capítulo passa pela apresentação e enquadramento da metodologia de investigação e a razão pela qual foi escolhida. No quarto capítulo são apresentados

e discutidos os resultados do estudo, tendo sido dividida esta análise pelas fases do método utilizado. O capítulo final apresenta as conclusões obtidas, as limitações encontradas durante a realização do estudo e recomendações para pesquisas futuras.

2. Revisão de Literatura

Neste capítulo enquadra-se teoricamente o trabalho revendo a literatura em dois tópicos: Desmonetização da economia e o Cumprimento fiscal.

2.1. Desmonetização da economia

A moeda física, de acordo com Schneider (2010), é um meio de pagamento universal, caracterizado pela sua conveniência, simplicidade e facilidade de uso. O autor descreve a moeda física como um instrumento oneroso devido ao seu manuseamento, infraestruturas, fraude, erros e o risco de contrafação. Ao alertar para os custos do numerário, o autor sugere a atenção para soluções de pagamento eletrónico. Ainda de acordo com o autor supramencionado, este refere que a moeda é apoiada pelo poder legal investido e, portanto, a autoridade emissora promete aceitar a troca de uma nota pelo seu valor nominal. Não obstante, Fischer, Köhler e Seitz (2004) realçam a incapacidade dos bancos centrais de seguir e identificar de que forma a moeda é colocada em circulação, ao que Kiyotaki e Wright (1989) acrescentam que uma propriedade essencial do dinheiro passa pelo facto de nenhuma das partes envolvidas numa operação comercial, ou seja, nem o comprador nem o vendedor, deterem conhecimento acerca da origem e transações passadas da moeda envolvida, o que acaba por conferir ao dinheiro uma característica de anonimato.

Através das conclusões de Li (1997) *“a monetização é definida como um processo económico no qual se verificam variações na oferta de moeda ou na taxa de juro”*, assim sendo um aumento na oferta de moeda resulta num acréscimo do dinheiro em circulação na economia, ou seja, na monetização. Neste sentido, importa também acrescentar a sumarização de Li (1997), onde este refere que *“o dinheiro apresenta um papel determinante para o crescimento e desenvolvimento da economia”*.

O aumento da monetização, segundo Palma (2018), Mishchenko et al. (2018), Žukauskas e Hülsmann (2019) e Samargandi et al. (2020) envolve uma subida simultânea da oferta de dinheiro e da procura do mesmo. A importância da monetização é partilhada por Kyriazis (2017) que argumenta que a injeção de recursos (em grande proporção) durante crises, é um ponto a favor da monetização. Arendt et al. (2020) conclui que é por essa razão que os sistemas financeiros dos países desenvolvidos multiplicaram o seu nível de monetização. Assim sendo, assume-se com margem de erro que a monetização da economia passa pela transformação de algo em moeda.

No sentido oposto, surge o conceito de desmonetização. De acordo com Praseetha et al. (2019), a desmonetização da economia passa pela perda da moeda física, isto é, pela redução da base monetária, o que é alcançado através da redução da moeda em circulação relativamente ao total de ativos financeiros existentes na economia. Segundo os mesmos autores, o desaparecimento da moeda física tem vindo a ser associado à sua substituição por plataformas digitais, pelo que Braga et al. (2013) enunciam que o dinheiro digital e os pagamentos eletrónicos têm vindo a ganhar uma maior preponderância, permitindo às classes mais desfavorecidas o acesso a serviços financeiros e, conseqüentemente, a terem uma maior inclusão financeira. Em concordância, Miller et al. (2002) afirmam que os processos de pagamento eletrónicos são rápidos e eficientes. No entanto, tendo em conta a natureza de anonimato da moeda física, a opção pelo dinheiro eletrónico, não anónimo e detetável, origina, segundo Rogoff (1998), a uma diminuição considerável da procura. Todavia, o autor constata que esta perda pode ser compensada por via da possibilidade de parte da economia paralela ser persuadida a realizar o pagamento de impostos, e enuncia também que a redução dos custos de aplicação da lei atenuaria os efeitos da diminuição da procura.

A desmonetização é, segundo Shah (2017) um instrumento que auxilia a luta contra a evasão fiscal, a corrupção e o financiamento do terrorismo. Em adição, Das e Agarwal (2010) acrescentam que a opção por uma economia desmonetizada possibilita uma redução nos custos de gestão cambial, na evasão e na fraude fiscal e, segundo Braga et al. (2013) incentiva a inclusão financeira. Já Rogoff (2016) argumenta, na mesma linha, que o dinheiro físico é, de forma comum, utilizado para evasão fiscal, corrupção e financiamento do terrorismo. No entanto, afirma que a desmonetização numa economia deve ser realizada de forma calculista, antecipada e que possibilite que as famílias adotem outras formas de pagamento que não dinheiro em forma de numerário físico.

Tabela 1 - Afirmações acerca dos objetivos da desmonetização da economia

Grimes (2003)	A desmonetização possibilitará uma declaração mais real dos rendimentos, através da diminuição da fraude existente no imposto sobre o rendimento. Condicionará as transações a dinheiro físico fraudulentas e impulsionará o investimento estrangeiro no país, dada a segurança do modo de pagamento.
Rogoff (2015)	A desmonetização da economia reduz custos com a impressão e circulação da moeda e, serve de reforço a medidas de política monetária, à inclusão financeira e ao combate da evasão fiscal.
Mukhopadhyay (2016)	A desmonetização da economia potencializa uma sociedade mais transparente, eficiente e inclusiva.
Yadav e Shankar (2017)	A desmonetização da economia tem como objetivo condicionar o dinheiro não registado, a inflação e crises económicas.
Narain e Pattnaik (2017)	A desmonetização permite combater a corrupção, o financiamento do terrorismo a evasão fiscal. Tendo como objetivo indireto a transição para uma economia digital.

Fonte - elaboração própria

2.1.1. Desmonetização da economia e os seus impactos: o caso da Índia

A 8 de novembro de 2016 o governo indiano anunciou a substituição de 86% da sua moeda em circulação e a eliminação das notas de 500 e 1000 Rupees, isto de acordo com o Relatório do *Reserve Bank of India* (2018). Fouillet et al. (2021) mencionam a abordagem do governo e caracteriza-a como sendo uma operação de desmonetização sem precedentes. Por sua vez, Ghosh, Chandrasekhar e Patnaik (2017) abordam o assunto de forma congruente com Fouillet et al. (2021) caracterizando a operação como uma das experiências monetárias mais extremas da história recente. Em adição, Modi (2016) anunciou que, após o início da medida, os titulares das notas antigas teriam como escolha depositá-las no banco, visto que as notas em questão não poderiam ser utilizadas em transações, devido ao intuito de proteger o país da corrupção. Chakravorti (2016) afirma que, antes da desmonetização, 90% das atividades económicas indianas estavam dependentes de transações baseadas em moeda física.

Através das perspetivas dos autores, conclui-se que a decisão do governo de desmonetizar parte da sua economia teve como objetivo, o condicionamento das atividades das economias informais, em particular, a eliminação da evasão fiscal. Singh (2018) sugeriu que a adoção de uma

medida apoiada num sistema de pagamento desmonetizado tinha em mente o combate da falsificação da moeda, bem como o problema da informalidade económica, da corrupção e financiamento do terrorismo. Em concordância, Mali (2016) refere os objetivos da medida como sendo um combate à economia paralela, corrupção, financiamento do terrorismo e à falsificação de moeda, com o primeiro autor a caracterizar a diligência como um movimento destemido. Por conseguinte, a desmonetização da economia foi, segundo Shah (2017), um marco determinante na luta contra a corrupção. No entanto, embora haja conformidade entre os autores, Narain e Patnaik (2017) afirmam que, não obstante à luta contra a corrupção no país, o derradeiro objetivo da desmonetização passou pela conversão à economia digital. Mukhopadhyay (2016) acrescenta que a atitude governamental tinha em mente, além dos restantes objetivos, a inclusão financeira.

Para Shah (2017) e Veerakumar (2017), a desmonetização da economia não seguiu a premissa de Rogoff (2016), visto que os autores consideram que não foi uma operação ponderada, bem calculada e realizada de forma atempada. Em adição, Shah (2017) pormenoriza que a deliberação foi apressada e não apresentou a devida preparação. Em concordância, Veerakumar (2017) descreveu a medida como um “grande choque”, já que uma desmonetização de 86% das transações com curso legal, num país fortemente apoiado em transações via moeda física, teria de partir de uma estratégia bem formulada, com capacidade de aguentar as repercussões iniciais. Adicionalmente, Shah (2017) acrescenta que, sem reposição de moeda nova, a economia indiana iria ressentir-se.

Os impactos provenientes da desmonetização da economia indiana foram um objeto de estudo de múltiplos autores. Rajagopalan (2020) menciona que a expectativa do governo passava por um aumento nas receitas (aproximadamente 23% das notas não devolvidas). Shirley (2017), por sua vez, indicou que foram os países que comercializam diretamente com a Índia que sentiram maior agitação. Não obstante, na ótica de Neeraj (2017), a desmonetização teve apenas um efeito preventivo no dinheiro já em circulação nas economias paralelas.

De acordo com Tandon e Kulkarni (2017), a desmonetização melhorou a cobrança de impostos. Já Dharmapala e Khanna (2019) sugerem que esta afetou positivamente os bancos. Do mesmo modo, Thomas (2018) afirma que bancos e empresas *fintech* beneficiaram da desmonetização, sendo que os primeiros registaram aumentos nos rendimentos dos seus ativos. A

reflexão de Bajaj e Damodaran (2022) sugere que a desmonetização é sentida de forma mais intensa nas indústrias, bem como nos consumidores dependentes de dinheiro físico.

Tabela 2 - Impactos da desmonetização na Índia

Priyadharshini e Lourthuraj (2015)	Variações nos depósitos bancários. O aumento dos depósitos conduziu ao aumento dos preços das ações e lucros dos bancos, valorizando o desempenho bancário.
Upadhyay e Suvarna (2018)	Impacto nas cotações. Não existiu um impacto notório nos preços das ações (BSE e no índice SENSEX da S&P BSE). O efeito da medida de desmonetização foi mensurável a curto prazo, no entanto o mercado acabou por recuperar aos poucos.
Vyas (2018)	Variações no emprego. O emprego nos dois meses pós desmonetização foi menor, em comparação com os últimos dois meses pré desmonetização (em cerca de 12 milhões). Após quatro meses, o impacto da desmonetização diminuiu para uma perda de cerca de três milhões de postos de trabalho.
Ghosh e Hom Chaudhury (2019)	Redução da desigualdade de género. A desmonetização contribuiu para a redução da desigualdade entre homens e mulheres a nível de posse de contas bancárias, contudo o autor afirma que o sexo masculino ainda apresenta um maior nível de inclusão financeira.
Karmakar e Narayanan (2020)	Diminuição das receitas e despesas das famílias. Durante o período de desmonetização, as famílias sem contas bancárias assistiram a uma diminuição significativa das receitas e despesas.
Singh e Ghosh (2021)	Escassez de dinheiro. Nas semanas pós desmonetização deu-se uma escassez de dinheiro causando uma rutura estrutural a curto prazo na nação.

Fonte - elaboração própria

2.1.2 A desmonetização e a relação com a digitalização da economia

De acordo com Tigari (2018), a digitalização promove o aumento da produtividade, das oportunidades de emprego e da qualidade de vida. Já Andrianaivo e Kpodar (2012), Evans (2018) e Nwafor (2018) consideram a digitalização como positiva para a inclusão financeira. Neste sentido, é enaltecida por Dastan e Gurler (2016) a característica da mobilidade associada aos meios de pagamento eletrónicos, isto é a possibilidade de realização de transações, independentemente das variáveis local e tempo.

Relativamente à ligação com a desmonetização, Nguyen (2020) destaca que os pagamentos eletrónicos e/ou digitais diminuíram a necessidade e utilização do numerário físico. Por conseguinte, Kazan et al. (2018), Mukhopadhyay e Bouwman, (2019) consideram as plataformas digitais como uma importante fonte de obtenção de vantagem competitiva e, conseqüentemente, uma forma de criação adicional de valor. É possível concluir que a digitalização contribui para um sistema financeiro mais inclusivo, assegurando a possibilidade de criação de negócios, realização de investimentos, aumentos nos rendimentos, entre outros.

Apesar de Aggarwal et al. (2021) alertarem para o facto da desmonetização da economia se encontrar dependente tanto do nível de digitalização, como das infraestruturas necessárias ao uso de meios digitais, diversos autores, tais como Agarwal et al. (2018) e Vally e Divya (2018) consideram que a desmonetização, particularmente no caso da Índia, teve como finalidade a transição para uma economia digital. Sendo que, Kohli & Kumar (2016) complementam com o facto de impulsionar a adoção mais rápida da tecnologia.

No entanto, para Bubna et al. (2019) a noção de falta de dinheiro físico durante um período de desmonetização incentiva o uso das transações digitais. Em concordância, Soni (2020), afirma que, durante o período de 2019-2020 o volume de transações digitais indianas aumentou 45%. Posto isto, Sanatani (2017) indica que durante o período de desmonetização foi notada uma melhoria no desempenho dos bancos e, Kaul e Mathur (2017) afirmam que a desmonetização impulsionou o crescimento económico, por via do incentivo à inovação e à criação de oportunidades de emprego. É fundamental mencionar que, o crescimento dos pagamentos digitais encontra-se associado facto de serem uma forma de pagamento bastante segura, de uso fácil e célere, o que possibilita uma adesão mais simples a estes meios de pagamento e, por consequência, a uma medida de desmonetização, Aggarwal e Gupta, (2019).

De acordo com Alalwan et al. (2017), e especificamente no caso dos países em desenvolvimento, mesmo assumindo que estes possuam inúmeros regulamentos e infraestruturas disponíveis, ainda é notória a resistência e insegurança da população quanto à utilização de métodos de pagamento tecnológicos, ao invés dos tradicionais e já existentes. A resistência dos utilizadores aos sistemas de pagamento assentes na tecnologia, segundo Yousafzai et al. (2003) tem por base o risco de roubo de informações pessoais e privadas, bem como o risco de fraude com cartões de crédito (clonagens, furto, entre outras). Por isso, Goeke e Pousttchi (2010) concluem

que a confidencialidade das instituições financeiras e a noção de segurança influenciam positivamente a confiança num sistema de pagamentos eletrónicos e/ou digitais.

A tabela seguinte aborda a visão dos variados autores a respeito do fator confiança e do que este implica no uso de plataformas digitais nas atividades económicas.

Tabela 3 - Influência do fator confiança nas transações não físicas

Gefen (2000)	A confiança desempenha um papel fulcral na utilização e recetividade às tecnologias digitais.
Koller (1988)	A confiança do consumidor está interligada ao grau de risco envolvido numa situação.
Dastan e Gurler (2016)	Tanto o risco como a reputação são fundamentais para que exista confiança.
Zmijewska et al. (2004)	Um maior nível de satisfação na plataforma online leva ao aumento da confiança e utilização da mesma.
Pavlou (2003)	A confiança dos utilizadores tende a diminuir com a complexidade e dificuldade de utilização.
Martins e Nunes (2016), Bahmanziari et al. (2003), Gao e Waechter (2017)	A perceção de segurança e confiança desempenha um papel importante na adesão à tecnologia.

Fonte- elaboração própria

O debate acerca das novas tecnologias permanece ativo e sem ter um fim à vista, no entanto, na visão de Leite (2016), para que o utilizador sinta confiança deve existir, durante o planeamento e implementação de novas políticas, uma atenção direcionada tanto para a infraestrutura tecnológica como para a vertente da envolvente institucional. Atualmente, o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) inclui o desafio e a importância da segurança da informação na gestão do risco. Sendo que as empresas devem ter presente que o não cumprimento dos requisitos do RGPD, como a fuga de dados ou a violação da privacidade, levará a penalizações, de acordo com Kryparos (2018, p. 48).

2.2. Cumprimento fiscal

Segundo Lopes (2008), a cobrança de impostos é definida pela obtenção de receitas cruciais ao funcionamento e financiamento do setor público, sendo que Gomes, Fernandes e Carvalho (2015) afirmam que uma cobrança eficaz permite obter maiores valores de receita fiscal e, simultaneamente, uma redução nos custos administrativos e de cumprimento. Para a investigação, é determinante compreender o conceito de cumprimento fiscal, este que é definido por Kirchler (2007) como a disposição dos contribuintes em pagar os seus impostos, podendo o cumprimento ser forçado ou voluntário. Para Roth et al. (1989) e Devos (2013) é entendido como o conjunto de obrigações fiscais, resultantes da aplicação da legislação fiscal em vigor e dos seus prazos legais. Na ótica de Roth et al. (1989) existe cumprimento fiscal quando os contribuintes declaram no prazo correto a totalidade dos seus rendimentos recebidos, assim como as despesas que tiveram.

Relacionando o cumprimento fiscal com a problemática das economias informais e com a importância da inovação tecnológica, é possível concluir que a manutenção de registos fiscais atualizados e a garantia de um sistema contabilístico informatizado, conduz à produção de informações contabilísticas de elevada qualidade, o que de acordo com Lignier e Evans (2012) proporciona maior controlo e transparência. Já Sandford et al. (1989) sugere que o cumprimento das obrigações fiscais motiva os empresários a utilizarem e emitirem sistemas e relatórios financeiros mais eficientes. No entanto, Bain et al. (2015) e Lignier e Evans (2012) destacam que os custos do cumprimento com as obrigações fiscais são maiores para as pequenas empresas, o que condiciona a formalização da economia, caso sejam direcionados apoios a estas empresas. Por sua vez Barbone, Bird e Vazquez-Caro (2012) e Evans (2008) consideram que os custos de cumprimento são elevados, regressivos e que não têm vindo a ser atenuados ao longo do tempo.

Relativamente à relação com o desenvolvimento tecnológico, as tecnologias da informação e comunicação mais recentes possibilitam o incremento da transparência e da capacidade de resposta às necessidades da sociedade, de acordo com Cruz, Tavares, Marques, Jorge e Sousa (2016). Vella (2017) propõe que a digitalização pode conduzir a problemas, mas também a oportunidades no âmbito da tributação. A digitalização pode servir de base a um maior cumprimento fiscal, a menores custos de cobrança de impostos e a uma maior eficácia administrativa. Todavia, é fundamental que exista uma análise pormenorizada das implicações da digitalização, como sugerem Chen e Li (2017). Por sua vez, Jacobs (2017) afirma que as

tecnologias digitais possibilitam aos governos a adoção e uso de sistemas fiscais mais desenvolvidos, não obstante, conclui que a digitalização impacta positivamente os instrumentos de fiscalização e conseqüentemente pode reduzir a evasão fiscal. Deste modo, o autor refere ainda que a utilização da digitalização para fins de fiscalização conduz a uma maior receita. Assim sendo, Jacobs (2017) refere que a digitalização possibilita o uso de sistemas fiscais com maior capacidade no auxílio das tarefas de fiscalização, melhorando o equilíbrio entre a equidade e a eficiência.

2.2.1. A evasão fiscal na forma de economias paralelas

A respeito da evasão fiscal, Kirchler (2007) sugere uma ideia dividida: por um lado afirma o facto desta não ser ilegal, visto que passa por uma tentativa de reduzir a carga tributária, tirando proveito das lacunas da lei. Contudo, o autor contra-argumenta com a existência na ilegalidade da evasão fiscal, dado que parte da premissa de violar deliberadamente a lei, a fim de reduzir o montante dos impostos devidos. Segundo Poniatowski et al. (2018), um bom desempenho do setor público e uma gestão adequada das receitas públicas contraria a prática de evasão fiscal, sendo que Keen e Smith (2006) detalham a relação entre o aumento da taxa de imposto e o aumento da evasão fiscal, comprovando a sua linearidade.

A evasão fiscal é uma das atividades ilegais numa economia paralela, um tema universal e que perdura em todos países, visto que todos contam com contribuintes e com os comportamentos que estes acarretam. Desta forma, é um conceito abordado pelos mais variados autores contando com múltiplas definições ao longo do tempo. A relevância de explorar as mais diversas definições deste tipo de economia, bem como a contemplação de quando as mesmas foram apresentadas, garante um maior entendimento acerca do conceito.

Tabela 4 - Evolução do conceito de economia paralela

Feige (1979)	A economia paralela inclui a totalidade das atividades económicas não declaradas.
Lippert e Walker (1997)	A economia paralela corresponde à parte da economia que não é registada, de forma a ocultar atividades.
Lackó (2000)	A economia paralela abrange as atividades que não são tidas em consideração para o cálculo do Produto Interno Bruto do país.
Schneider e Enste (2000)	A economia paralela diz respeito aos rendimentos que não se encontram ao dispor das autoridades tributárias, mas que foram produzidos através de bens e serviços legais.
Pedersen (2003)	A economia paralela inclui a soma das atividades produtivas não registadas com as atividades não produtivas sob declaração, sendo as últimas, por exemplo, as deduções de impostos.
Schneider (2010)	A economia paralela engloba as atividades legais ocultadas de forma propositada das autoridades. Pode ser dividida em duas partes: (1) o trabalho não declarado, por exemplo os salários que trabalhadores, empresas não declaram de forma a fugir a impostos ou documentações; ou (2) a subdeclaração, ou seja, quando as empresas apenas declaram parte dos rendimentos para evitar impostos.

Fonte- elaboração própria

Tendo em conta as definições apresentadas na tabela acima pelos diversos autores, é relevante sumarizar com a argumentação de Schneider (2010) sobre o facto da economia paralela ser comum a quase todos os países e englobar atividades, podendo estas ser consideradas legais, mas que são ocultadas de forma propositada das autoridades. Deste modo, contando com as opiniões do autor, é seguro assumir, com margem de erro, que a economia paralela pode ocorrer como fruto de uma ocultação de rendimentos provenientes de uma atividade legal ou ilegal. Para Dell'Anno (2007) existe uma maior probabilidade e acessibilidade para que sejam os indivíduos que operam por conta própria a integrarem a economia paralela, sendo que se pode considerar que estes não estarão em cumprimento fiscal quando deduzam e associem frações do seu consumo, tais como despesas provenientes da sua atividade profissional, ou quando privilegiem de certos benefícios fiscais concedidos à atividade profissional.

A propensão para operar na economia paralela advém, segundo Tanzi (2002), do facto de existir uma forte restrição sobre certas atividades ou contrariamente uma falta de leis e normas a

respeito de uma dada atividade. Consequentemente, existe o incentivo para que os indivíduos integrem a economia paralela, impactando negativamente a equidade, mas também, de acordo com Kirchler (2007) o fornecimento de bens e serviços públicos à sociedade. Os principais fatores que influenciam o tamanho e preponderância da economia paralela são, segundo Schneider (2010), os apresentados na tabela seguinte:

Tabela 5 - Fatores que influenciam a economia paralela

Poupança	A poupança serve de incentivo para desenvolver atividades na economia paralela, sendo que os intervenientes podem evitar impostos, pagamentos à segurança social e escapar a regulamentos fiscais.
Falta de consciência pesada	A economia paralela é normalmente vista como algo normal numa sociedade. A falta de consciência pesada predomina onde a perceção de qualidade, competência, segurança e benefícios por parte Estado e Instituições é reduzida.
Facilidade de participação	Tendo em conta que os pagamentos em dinheiro físico não podem ser rastreados, torna-se mais acessível não declarar rendimentos. Deste modo, o pagamento em numerário pode ser utilizado tanto para trabalho não declarado como para a subdeclaração.
Baixo risco de deteção	O facto desta economia ser considerada ilegal, não impede a sua existência, dado que quanto menor for a probabilidade de ser apanhado e quanto menores forem as penalizações, mais as pessoas considerarão que o risco vale a pena.

Fonte- elaboração própria adaptada às conclusões de Schneider (2010)

O dinheiro é talvez o mais importante facilitador da economia paralela, porque é facilmente manuseado e difícil de rastrear. Recordando a afirmação de Rogoff (2016) acerca do facto de o dinheiro físico, de forma comum, ser utilizado para a evasão fiscal, corrupção, financiamento do terrorismo, leva a que a desmonetização tenha vindo a ser uma aposta para lidar com este tipo de economia, tal como sucedeu na Índia. A desmonetização da economia, tal como afirma Praseetha et al. (2019) tem por base o desaparecimento das notas e moedas físicas, isto é, a menor circulação da moeda, por via da introdução de meios de pagamento alternativos, permitindo diminuir a quantidade de atividades existentes e a existir na economia paralela. Deste modo, Schneider (2010) afirma que os sistemas de pagamentos eletrónicos apresentam um papel assinalável na restrição à participação nas economias paralelas, uma vez que produzem documentação das transações. Tendo em conta o exposto, é possível assumir, que através das observações dos autores, o

desaparecimento das notas e moedas físicas condiciona o desaparecimento das transações não rastreáveis e o seu propósito para, entre outros, a fuga aos impostos. Deste modo, os sistemas de pagamento eletrónicos surgem como um instrumento com enorme potencial para uma sociedade mais precisa e linear.

2.2.2. Formalização da Economia: o programa de reconversão da economia informal

De acordo com Rogerson (2008), é imprescindível a existência de um ambiente político, sustentável e favorável no continente africano, no qual exista um apoio e promoção de empregos, mas também de infraestruturas, micro, pequenas e médias empresas. Ainda conforme o autor mencionado, medidas que promovam um ambiente sólido e atraente ao investimento levam a um maior desenvolvimento económico. No entanto, Lopes (2008) alerta para a necessidade de ser tido em conta que os rendimentos obtidos nos mercados angolanos, são na maior parte indispensáveis à sobrevivência económica das famílias, o que reforça a forte presença e dependência das economias paralelas na economia angolana e o efeito das mesmas na subsistência das famílias. De forma a alterar o rumo da economia angolana, Buckley (1997) considera a importância das Pequenas e Médias Empresas fulcral no desenvolvimento e crescimento económico do país.

Deste modo, surgiu em dezembro de 2022, o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) de 2013-2017 elaborado pelo Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial da República de Angola (2012), este que incluía o Programa de Reversão das Economias Informais (PREI). O PREI, com base no PND de 2013-2017, teria como objetivo, entre muitos outros, o combate às economias informais, em particular as economias paralelas, assim como os desafios que as mesmas acarretam, nomeadamente a diminuição da receita fiscal. De acordo com o disposto no PND 2018-2022, por parte do Ministério da Economia e do Governo de Angola (2018), as economias paralelas representam perto de metade das atividades da economia angolana (superior a 40%). Coincidentemente, foi assinalada a diminuição das receitas fiscais, o não usufruto de segurança social para certos trabalhadores e, em adição, o condicionamento do funcionamento eficiente dos mercados, todos estes problemas geralmente associados às economias informais. De acordo com o PND 2018-2022, verifica-se a necessidade da implementação de medidas que impulsionem a transição para a formalização económica. Sendo assim, conclui-se através da análise

ao PREI que este tem como finalidade a reestruturação do modelo do mercado de trabalho, de forma a incentivar a regularização da atividade económica e proporcionar melhores condições de vida.

Tendo em conta a falta de estudos científicos alargados sobre o PREI, a pesquisa sobre a implementação e os efeitos práticos do programa foi realizada, por via dos contributos do Jornal de Angola, sendo que, segundo a notícia presente no Jornal de Angola, à data de 13/05/2022, Paulo (2022) refere que foram identificados, em sete meses, aproximadamente 200 mil agentes económicos com presença na economia paralela, contudo 150 mil transitaram para a economia formalizada devido aos efeitos e medidas constantes no PREI, com destaque para os incentivos relacionados com o microcrédito.

Com o intuito de sintetizar os objetivos e medidas do PREI, seguem-se as seguintes tabelas resumo:

Tabela 6 - Objetivos e Medidas do PREI incluído PND 2013-2017

<i>Objetivos</i>	<i>Medidas</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Combate às economias paralelas e às más condições de vida. • Maior segurança nos negócios praticados. • Aumento da receita fiscal, da empregabilidade e do nível de bancarização. • Assegurar os micro empreendedores individuais dos benefícios da segurança social, dos seus direitos e deveres. 	<ul style="list-style-type: none"> • Revisão da legislação no âmbito do registo e exercício das atividades dos micro empreendedores individuais. • Conclusão do modelo simplificado de formalização de microempresas. • Sistema de identificação dos agentes das economias paralelas. • Desenvolvimento e criação de linhas de microcrédito para os cooperativistas. • Criação de feiras (temporárias ou contínuas) para sedentarização de trabalhadores pertencentes às economias paralelas. • Programa de formação para os micro empreendedores.

Fonte- elaboração própria adaptada do PND - Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial da República de Angola (2012)

Tabela 7 - Objetivos do PREI incluído PND 2018-2022

PND 2018-2022
Definição e implementação de uma resposta à economia paralela, que se traduza em mudanças estruturais a médio prazo.
Aumento da abrangência geográfica e do tipo de serviços de apoio às empresas/empreendedores, no âmbito do alcance da formalização da economia.
Criação de organizações empresariais que facilitem a formalização de atividades informais nos setores da agricultura, comércio, indústria e transportes.

Fonte- elaboração própria adaptada de PND - Ministério da Economia e do Governo de Angola (2018)

Tabela 8 - Medidas do PREI incluídas no PND 2018-2022

PND 2018-2022
Elaboração de um plano abrangente, que envolva as componentes da economia paralela e que tenha por base um diagnóstico exaustivo das atividades informais não legais.
Reestruturação do “Balcão Único do Empreendedor” com o objetivo de ampliar o alcance geográfico e o tipo de serviços prestados.
Criação de um quadro legal simplificado tanto para a abertura e tributação de micro e pequenas empresas como para a regularização legal e contabilidade de micro e pequenas empresas.
Promoção dos serviços digitais como instrumento crucial na inclusão das microempresas e dos microempresários no sistema financeiro.
Criação de incentivos que promovam a formação de cooperativas nos setores do comércio, transportes e habitação.
Fundos necessários no âmbito da conceção do microcrédito direcionado ao investimento em imobilizado e fundo de maneiço ligado aos processos de formalização.

Fonte- elaboração própria adaptada de PND - Ministério da Economia e do Governo de Angola (2018)

3. Metodologia

O capítulo em questão diz respeito à metodologia adotada para dar resposta às questões de investigação. Deste modo, torna-se relevante apresentar as reflexões de autores acerca da metodologia escolhida, de forma a sustentar a razão da escolha e o seu potencial para o trabalho de investigação. De acordo com Pocinho e Matos (2022), a pesquisa científica é descrita como um

processo no qual se adquire e estimula o conhecimento, sendo que os autores inframencionados defendem que este processo tem como passo inicial a escolha do tema de investigação, ao que Gil (2002) acrescenta que a estruturação da pesquisa científica deverá ser sempre bem planeada. Neste seguimento, é necessário que se considere como fases: a construção do problema e das hipóteses, a escolha da metodologia para a recolha de dados, a recolha e análise dos dados (após a determinação da amostra) e, por fim, a conclusão da pesquisa.

A respeito da metodologia escolhida, os autores Gelo, Braakmann e Benetka (2008) afirmam que ambas as abordagens (qualitativa e quantitativa) distinguem-se pelos pilares em que se baseiam, o que influencia de forma direta tanto o rumo da investigação científica como os instrumentos utilizados na pesquisa. Deste modo, a escolha da abordagem a utilizar, qualitativa ou quantitativa, deverá ser feita tendo em mente o que se pretende atingir na pesquisa, de acordo com Augusto (2014). Em concordância, Pearce (2012) afirma que o método que assegura uma pesquisa eficiente, com qualidade e bons resultados depende da esquematização consciente do que vai ser a pesquisa e qual o seu objetivo, sendo que o que o autor afirma se aplica tanto à investigação quantitativa como qualitativa.

3.1. Enquadramento Metodológico – Método Delphi

Para tal, no estudo do tema em questão escolheu-se utilizar o método Delphi que, segundo Hsu e Sanford (2007) é caracterizado pela recolha de dados de uma série de especialistas em determinada área, a partir de uma sequência de questionários, procurando o consenso. Para Sandrey e Bulger (2008), quando uma questão excede a capacidade de resposta do indivíduo, o Delphi proporciona a diminuição e o atenuar da complexidade, o que conseqüentemente aumenta a capacidade de resposta ao problema em questão. Isto porque, as perspetivas dos especialistas, ou seja, as de um grupo de profissionais de área elencado para responder ao questionário, apresentam um nível de fiabilidade e eficiência superior às perspetivas individuais.

Apesar de alguns autores afirmarem que o objetivo do Delphi compreende o alcance do consenso, como já mencionado por Hsu e Sanford (2007), mas também por Facione (1990) que menciona a obtenção do consenso com base no intelectual de um grupo de profissionais no tema em questão. No entanto, surgem reflexões que diferem desta abordagem, como é o caso de Gupta

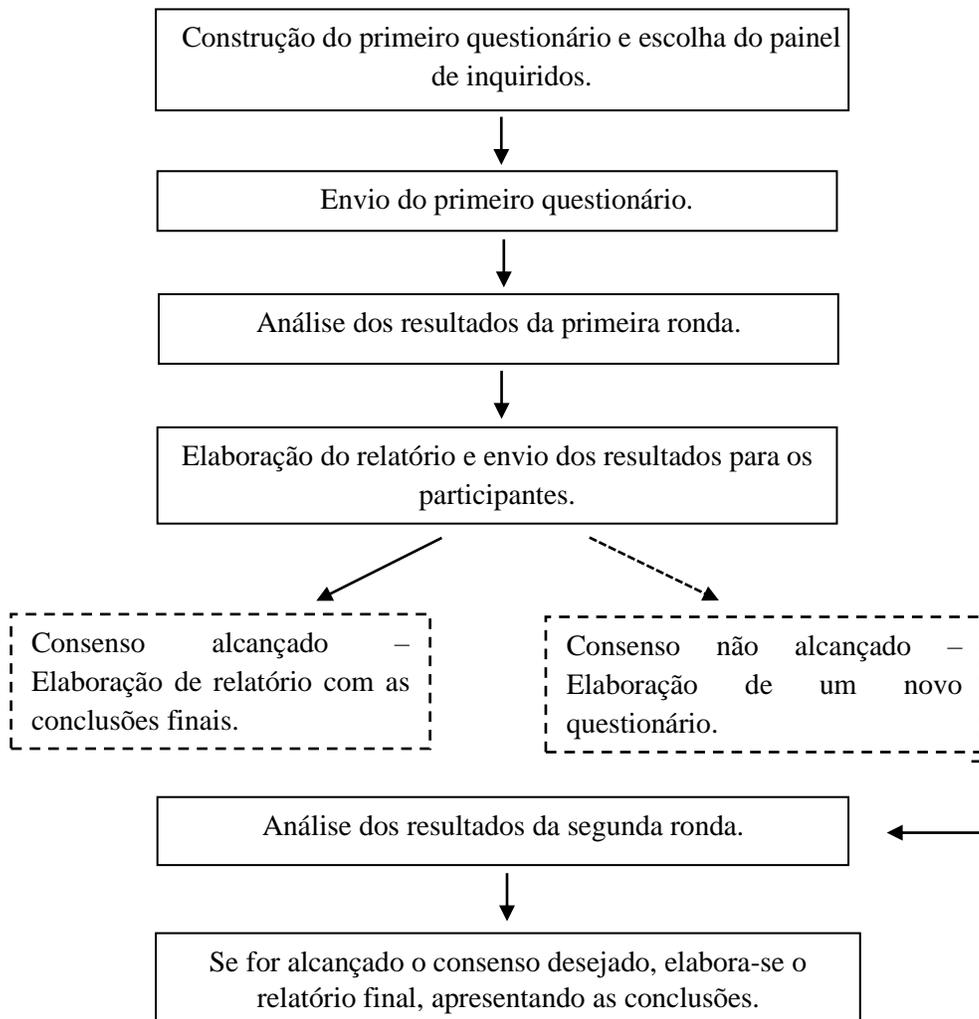
e Clarke (1996) que afirmam que o objetivo não se prende com o consenso, mas sim com o maior número possível de respostas e opiniões de grande qualidade de um grupo de especialistas, de modo a otimizar a tomada de decisão.

O processo do método Delphi, de acordo com Osborne et al. (2003), consiste numa série de questionários sequenciais que são respondidos de forma individual pelos inquiridos. Na construção dos questionários, ainda numa fase inicial, estes são compostos por perguntas abertas, o que segundo Powell (2003) proporciona aos participantes um maior “à vontade” para responderem de forma “espontânea” e “descontraída” ao tema abordado. Em adição, a respeito da construção do questionário, Kayo e Securato (1997) acrescentam que, apesar de numa fase inicial a ideia passar pela apresentação de perguntas abertas, nas fases seguintes as perguntas, na sua maioria, pressupõem respostas fechadas, pelo que se torna crucial criar um espaço de debate e intervenções por parte dos especialistas, de forma a que defendam a validade das suas perspetivas. O autor Grisham (2009), assim como Miranda, Nova e Cornacchione (2012), afirmam que a análise dos resultados, realizada no meio de cada fase dos questionários, permite compreender e resumir as intervenções divergentes, bem como os argumentos, para que possam ser devolvidas ao grupo. Assim que os participantes tenham conhecimento das perspetivas dos outros inquiridos, é dada a cada um a oportunidade de revisão, defesa e envio das suas respostas, o que desencadeará um novo questionário reservado para a fase seguinte, o que possibilitará, segundo os autores supramencionados, a obtenção do consenso.

Ao longo do estudo e reflexões de diversos autores salienta-se a importância de duas características neste método. Em primeiro lugar, a importância de uma seleção precisa e eficiente, o que se baseia na premissa de Lang (1998) que refere que a seleção dos especialistas é a fase mais crítica no uso deste modelo. Neste sentido, torna-se oportuno apresentar a reflexão de Bijl (1992) na qual o autor sustenta que uma seleção eficiente maximiza a qualidade das respostas e adiciona credibilidade às mesmas. A outra característica passa pela importância que o anonimato aufere neste processo. Segundo Kayo e Securato (1997), este é o aspeto mais importante do método em questão, sendo que Miller (1993) refere que a anonimidade possibilita aos inquiridos refletir, avaliar e expressar as suas ideias de forma independente e sem receios de pressões de outros. Em adição, Gupta e Clarke (1996) mencionam que esta característica leva a que se superem possíveis conflitos comunicacionais.

Na Figura 1 está estruturado o processo do Método de Delphi, bem como as características e fases adaptadas à sua utilização no presente trabalho:

Figura 1- Método Delphi - processo utilizado no estudo



Fonte: elaboração própria adaptado de Wright e Giovinazzo (2000)

3.1.1 Método Delphi. Vantagens e desvantagens

De forma a apresentar tanto as vantagens como as desvantagens associadas a este método, considerou-se oportuno e relevante agrupar as diversas reflexões e afirmações dos autores sobre os pontos fortes e fracos do Delphi nas duas tabelas que se seguem.

Tabela 9 - Vantagens do método Delphi

Gupta e Clarke (1996) e Powell (2003)	O método Delphi caracteriza-se por ser um instrumento de pesquisa, que apresenta funções de aprendizagem.
Rowe e Wright (1999) e Osborne et al. (2003)	A utilização de um grupo de profissionais específicos de uma área possibilita um resultado habitualmente mais preciso e de melhor qualidade, em comparação com as respostas de um só inquirido.
Powell (2003)	Fornecer maior objetividade aos resultados e confere um ambiente estável e descontraído aos inquiridos, de forma a apresentarem argumentos sem pressões e influências.
Silva e Tanaka (1999) e Yousuf (2007)	Maior flexibilidade no tempo dado e proposto aos participantes.
Franklin e Hart (2007) e Klenk e Hickey (2011)	É um método que se ajusta e compreende várias perspectivas, podendo estas ser divergentes. Útil para analisar e comparar argumentos comuns ou contraditórios.

Fonte - Elaborado através dos argumentos de diversos autores

Tabela 10 - Desvantagens do método Delphi

Barnes (1987)	As respostas do painel de profissionais podem não ser representativas da opinião geral sobre o tema. Em adição, existe a propensão para dissolver posições bastante opostas e influenciar o consenso. Por fim, é um método que requer bastante tempo e disponibilidade dos inquiridos.
Linstone e Turoff (2002)	Negligência a comunicação não verbal, esta que é uma fonte de informações bastante útil na generalidade dos casos.
Osborne et al. (2003)	Influência nos resultados, por via da composição das perguntas, que indiretamente podem contribuir para o redirecionamento de opiniões, respostas e argumentos.
Grisham (2009)	Longa duração, tanto da espera entre questionários, como do questionário em si, o que pode contribuir para a pouca consideração nas respostas, ou até mesma para a desistência de participantes.

Fonte - Elaborado através dos argumentos de diversos autores

3.1.2 Seleção do painel de profissionais na área

Em referência ao supramencionado, é estritamente necessário, de acordo com Lang (1998), a existência de uma seleção rigorosa e objetiva dos especialistas, isto porque é fundamental que o

estudo esteja suportado por ideologias de profissionais com conhecimento na área, que o enriqueçam por via de contributos válidos e de respostas proveitosas para análise e reflexão. Seguindo a mesma premissa, Powell (2003) afirma que um painel composto por especialistas com um vasto conhecimento na área conduz a melhores resultados.

Segundo Armstrong (1985), para maximizar operacionalidade do estudo e a obtenção de melhores resultados, devem estar inseridos no painel entre cinco e 20 profissionais. Assim sendo, foi utilizado o procedimento de Ekionea & Fillion (2011) na formulação de painel de especialistas:

- Primeiro passo: identificação e cumprimento dos requisitos para a seleção dos especialistas;
- Segundo passo: elaboração da lista dos especialistas convidados a participar no estudo;
- Terceiro passo: formular o convite aos especialistas que tenham confirmado a intenção de participar na investigação.

Os critérios que serviram de base à escolha do painel de especialistas foram: (1) profissionais na área bancária, docentes universitários e funcionários do governo provincial; (2) com contacto e ligação direta a Angola; (3) com interesse e disponibilidade em participar, pelo menos numa ronda de questionários; (4) com um domínio significativo do problema em investigação. A lista de participantes foi constituída por dois bancários e por seis especialistas com a profissão de docentes universitários ou de funcionários do governo provincial. O convite foi formulado e enviado via correio eletrónico, contando com todas as instruções necessárias para que o painel participasse e contribuísse para o estudo.

4. Análise de resultados

4.1. Discussão de resultados - primeira ronda do questionário

A primeira ronda do questionário foi composta por 13 perguntas, sendo que todas continham um vasto leque de opções de resposta, de forma a permitir uma maior variedade, flexibilidade e liberdade nas respostas dos participantes (ver anexo A). A formulação das questões variou entre a possibilidade de ordenar opções de acordo com a maior ou menor importância atribuída, e com perguntas que solicitavam a escolha das opções mais indicadas.

O objetivo das questões da primeira fase, que estão pormenorizadas ao detalhe no anexo A e presentes imediatamente abaixo, passou pela identificação e exclusão de fatores que não apresentassem relevância, nem capacidade de resposta às questões de investigação e, ao mesmo tempo, pela construção de uma segunda ronda mais objetiva e direcionada ao problema em estudo. Na Tabela 11 encontra-se uma síntese das respostas às questões da primeira fase.

Tabela 11- Questões e Respostas da primeira fase

<p><u>Pergunta n.º 1</u> - A literatura considera que a desmonetização da economia poderá ter os dez benefícios indicados abaixo. Ordene-os [...] de acordo com o que considera ser a forma como eles poderão contribuir e impulsionar a formalização da economia angolana.</p> <p>Dos oito inquiridos, cinco consideram que os benefícios - os pagamentos eletrónicos facilitadores do acesso a serviços financeiros (promoção da inclusão financeira) e o facto de permitir um registo de transações e produção de informações contabilísticas melhores e mais completas – como os mais relevantes da desmonetização da economia, colocando-os nas primeiras cinco posições.</p>
<p><u>Pergunta n.º 2</u> - Diversos autores consideram os oito aspetos indicados abaixo como áreas de possíveis impactos da desmonetização da economia. Ordene-os [...] de acordo com a sua perspetiva de impacto.</p> <p>Os aspetos que apresentaram um maior consenso (seis participantes colocaram-nos nas quatro primeiras posições), em relação ao maior impacto de uma desmonetização da economia, foram: as variações nos depósitos bancários e as variações no emprego.</p> <p>É de realçar que, para cinco participantes, o impacto nas cotações e a diminuição das receitas e despesas das famílias também apresenta um impacto significativo em prol da medida em questão.</p>
<p><u>Pergunta n.º 3</u> - O Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI) impulsiona a inclusão financeira e é um incentivo ao processo de inclusão digital. Quais são, para si, num país como Angola os três maiores entraves a uma possível desmonetização da economia e consequente utilização de meios de pagamento digitais?</p> <p>Foram destacados como maiores entraves, por via de um consenso maioritário (cinco dos oito especialistas): a pouca perceção de segurança e confiança nos meios de pagamento eletrónicos; a escassez de infraestruturas necessárias à utilização de meios digitais e a dependência nos rendimentos auferidos a partir das economias informais.</p> <p>De forma contrária, sete participantes não consideraram como entraves: os reduzidos serviços de pagamentos digitais; o custo inicial de obtenção da tecnologia de pagamentos digitais e a maior poupança que a economia informal permite, por via da ocultação de rendimentos.</p>
<p><u>Pergunta n.º 4</u> - Atendendo ao seu conhecimento indique quais os três obstáculos que mais condicionam a potencialidade do processo de formalização da economia nos países assentes numa economia informal?</p> <p>Dos profissionais inquiridos, todos eles destacaram como maior condicionante à aceitação do processo de formalização da economia: a dependência das famílias nos rendimentos advindos das economias informais, atingindo-se um consenso absoluto quanto à importância deste fator.</p>

Para cinco dos especialistas, a reduzida promoção de formações em literacia económica e financeira, entre as classes menos instituídas, é um claro obstáculo à formalização, sendo que metade apontou ainda a pouca inclusão financeira como entrave.

Pergunta n.º 5 - Dos efeitos do combate à economia informal indicados [...] quais são, na sua opinião, os três efeitos que destaca como mais difíceis de receberem aceitação, por parte da população, no âmbito da formalização da economia.

O aumento de normas na economia tradicional reuniu consenso maioritário, sendo considerado por sete inquiridos um efeito incapaz de reunir aceitação em prol do combate à economia informal.

Também o aumento das contribuições sociais bem como a depreciação da moral tributária foram eleitos, pela maioria dos participantes, como dificilmente aceites.

Pergunta n.º 6 - A formalização da economia angolana levada a cabo através do Programa de Reversão da Economia Informal (PREI) permite aos agentes económicos, por exemplo, o acesso à Segurança Social, à capacidade de gestão dos micronegócios, à acessibilidade ao microcrédito e ao sistema de pagamentos digitais. Destaque quatro benefícios que, na sua opinião, apresentem o maior impacto na decisão de passagem da economia informal para a economia formal?

Existe um consenso total a respeito da importância que o acesso à Segurança Social apresenta na decisão de formalização da economia. Houve também um consenso maioritário, em relação ao impacto que a redução da fraude fiscal, o acesso ao microcrédito e a maior inclusão financeira têm na passagem para uma economia formal. Não foram destacados como fatores relevantes: a abertura em maior escala de contas bancárias e o maior acesso aos terminais de pagamento, dado que não reuniram nenhum voto.

Pergunta n.º 7 - A respeito dos processos de formalização da economia, considere os nove quadros estratégicos indicados abaixo. Ordene-os [...] de acordo com o que considera ser a sua importância [...].

A criação de emprego de qualidade reuniu um consenso bastante considerável, visto que todos os participantes colocaram este fator nas quatro primeiras posições, concluindo-se que a sua presença no quadro estratégico é fundamental para um processo de formalização da economia. Em adição, foram também maioritariamente colocadas nas primeiras quatro posições: a legislação bem definida e aplicada; melhores condições de trabalho, e maior quantidade de inspeção no trabalho.

Apesar de, anteriormente ser dado um claro destaque ao papel que o acesso à Segurança Social representa na formalização da economia, nesta questão sete dos oito participantes colocam nas posições de menor importância, o atual papel da Segurança Social no quadro estratégico, indicando uma potencial incapacidade da atual Segurança Social num processo de formalização da economia.

Pergunta n.º 8 - A Desmonetização da economia pode ter como objetivo a prossecução do combate à evasão fiscal, o incentivo da inclusão financeira e a transição para uma economia digitalizada. Destaque três benefícios da digitalização económica que, na sua opinião, poderiam “convencer” os participantes nas economias informais numa perspetiva de desmonetização e formalização da economia.

Comprova-se a existência de consenso, dado que sete especialistas destacaram a melhoria na execução de tarefas (maior velocidade e expansão da conectividade), enquanto fator que potencializa a aceitação de uma medida de desmonetização e formalização da economia. Os seguintes benefícios,

considerados fundamentais para dar resposta à questão, também reuniram consenso maioritário, sendo estes: o aumento de produtividade, de oportunidades de emprego e de melhoria da qualidade de vida; e a maior mobilidade (realização de pagamentos independentemente das variáveis local e tempo).

Pergunta n.º 9 - A economia informal pode impactar, positiva ou negativamente, a inclusão financeira. Deste modo, ordene [...] as opções que, para si, refletem o maior impacto que a economia informal detém na inclusão financeira, podendo este ser positivo ou negativo:

Dos inquiridos, seis estão de acordo que o aumento de oportunidades de criação de rendimento para a população excluída da economia/mercado formal, detém um impacto assinalável na inclusão financeira, visto que colocaram este fator nas primeiras três posições.

Outros aspetos como: o menor acesso a serviços financeiros formais; o incremento da poupança e da capacidade de subsistência financeira e o aumento da desigualdade económica, foram também colocados em maior número nas três primeiras posições, destacando o seu impacto na inclusão financeira.

Pergunta n.º 10 - A desmonetização da economia apresenta impactos na inclusão financeira. Assim sendo, assinale, de entre as alíneas [...], as quatro que, na sua opinião, melhor descrevem os efeitos (podendo estes ser positivos ou negativos) que uma medida de desmonetização da economia pode ter na inclusão financeira.

Dos profissionais inquiridos, sete elegeram a redução do uso de dinheiro em “caixa”, para condicionar transações informais, como um efeito direto que a desmonetização da economia pode ter na inclusão financeira. Comprovou-se ainda a existência de consenso aquando da influência de um maior incentivo à formalização da economia e à adoção/utilização do método de transação via eletrónica, visto que seis participantes a destacaram das restantes afirmações. Os restantes impactos não apresentaram um consenso desejado, pelo que serão introduzidos novamente numa ronda posterior.

Pergunta n.º 11 - A desmonetização da economia pode influenciar a formalização das atividades económicas. Selecione três opções que, para si, melhor descrevem os impactos provenientes de uma medida de desmonetização na formalização da economia.

Nos inquiridos, obteve-se um consenso bastante significativo a esta questão, dado que seis destacaram como impactos mais influentes da formalização da economia: o incentivo à utilização de meios de pagamento via digital, promovendo a manutenção de registos, transparência e rastreabilidade das transações e o aumento da transparência financeira e condicionamento da evasão fiscal.

Não foi possível reunir um consenso maioritário para o terceiro impacto, no entanto, torna-se relevante destacar que, à exceção de um especialista, os restantes não consideram a promoção da utilização de contratos formais, bem como do maior registo das transações, com impactos no fortalecimento do sistema legal, como um impacto relevante para dar resposta à questão

Pergunta n.º 12 - Existem várias estratégias que podem ser adotadas para promover a formalização das economias informais. Para si, quais são [...] as três que considera serem as melhores:

A simplificação e diminuição da burocracia na criação e registo de empresas, bem como a melhoria do acesso ao crédito e aos serviços financeiros, em prol dos empreendedores informais, foram destacadas pelos especialistas, como as estratégias de promoção de formalização das economias mais eficientes, tendo reunido consenso maioritário (seis e sete votos, respetivamente).

A terceira estratégia mais consensual, eleita por cinco dos profissionais, foi a implementação de programas de aprendizagem e formação destinados aos empreendedores informais.

Contrariamente, a criação e implementação de parcerias público-privadas, que incentivem a formalização não obteve nenhum voto, demonstrando que os inquiridos não consideram uma medida tão eficiente e importante quanto as demais.

Pergunta n.º 13 - Escolha, de entre as opções [...], as duas que, para si, são as melhores estratégias para alcançar a formalização das economias baseadas em meios de pagamento digitais:

As respostas obtidas não atingiram o consenso desejado, sendo que as estratégias mais votadas (elaboração de programas de formação digital, destinados aos trabalhadores informais e a atribuição de estímulos, incentivos fiscais e benefícios às empresas presentes no ambiente digital) apenas receberam 50% dos votos.

Importa ainda destacar que sete dos participantes consideram como ineficientes e pouco importantes no alcance da formalização das economias digitais estratégias como: a criação de medidas de regulamentação objetivas e precisas no âmbito do comércio feito por via digital/eletrónica, bem como a promoção e criação de parcerias entre o setor público e o setor privado, com vista à maximização da inclusão digital.

Fonte: elaboração própria

4.2. Discussão de resultados - Segunda ronda do questionário

A segunda fase do questionário continha onze perguntas, sendo que a primeira solicitava o nome, para efeitos de confirmação de participações. Quanto aos participantes, esta fase contou com sete especialistas, tendo havido a ausência de um dos anteriores inquiridos. A elaboração e seleção das questões para a segunda fase do questionário, basearam-se nos seguintes passos:

- Primeiro passo: procedeu-se à análise das respostas da primeira fase e, conseqüentemente, à conceção de um relatório com os resultados da mesma, este que foi enviado aos especialistas juntamente com o questionário da segunda fase. Neste passo, foram reunidas as respostas que não obtiveram o consenso desejável, isto é, as que não permitiram a obtenção de conclusões imediatas.
- Segundo passo: de seguida, foram elaboradas as novas questões, estritamente direcionadas ao problema de investigação que se pretende respondido. Em adição,

utilizaram-se as opções que não obtiveram o consenso desejável, de forma que, se possível, este fosse obtido nesta fase.

Apresenta-se na Tabela 12 as questões da segunda fase, bem como as respostas dos inquiridos.

Tabela 12 - Questões e Respostas da segunda fase

Pergunta n.º 2 - Considera que, para Angola, a desmonetização da economia condiciona o desenvolvimento de atividades na economia paralela? SIM/NÃO? Se Sim, de que forma?

Cinco dos inquiridos consideram a desmonetização da economia angolana, condiciona a prática de atividades existentes nas economias paralelas. Deste modo, sendo esta uma questão fundamental para dar resposta ao problema de investigação, foi solicitado aos especialistas que desenvolvessem as respostas. Neste sentido, foram elencadas por cinco participantes, as seguintes razões que sustentam as suas opiniões:

- A desmonetização tem subjacente a formalização da economia, o que, por si só, desincentiva o desenvolvimento de atividades na economia paralela, visto que esta tem por base, transações fortemente dependentes da disponibilidade de moeda em circulação.
- O nível de bancarização angolano ainda é considerado como reduzido, sendo que a maioria das transações são realizadas fora do sistema bancário e, conseqüentemente, do âmbito fiscal.
- A desmonetização da economia privilegia um maior controlo e fiscalização das atividades presentes nas economias paralelas.
- A consequência advinda de uma medida de desmonetização, ou seja, a redução do uso de dinheiro em “caixa”, serve de fator condicionante às transações informais.

Pergunta n.º 3 - Considera que, para Angola, a desmonetização da economia poderá ser positiva no sentido de reduzir as atividades na economia informal? SIM/NÃO? Se Sim, de que forma?

As respostas obtidas apresentam um consenso assinalável, visto que cinco especialistas consideram como positiva, a concretização de uma medida de desmonetização da economia angolana, para fazer face às atividades das economias informais. Deste modo, dada a importância desta questão para o estudo, foi solicitado aos participantes, que elaborassem as suas respostas.

Neste seguimento, os especialistas argumentaram que, por via da desmonetização, tem de ser assegurada à população a capacidade de efetuar transações, no sector informal, com instrumentos eletrónicos e/ou digitais. Por conseguinte, os especialistas afirmam que, garantindo a capacidade e eficiência da utilização destes meios de pagamento, proporciona-se às entidades competentes, um maior controlo sobre as transações e, por exemplo, sobre potenciais ocultações de rendimentos.

Em adição, foram ainda considerados como positivos, os seguintes efeitos provenientes da redução das atividades na economia informal: combate à evasão fiscal e o acesso aos meios de pagamentos digitais simples, seguros e transparentes (inclusão financeira).

Pergunta n.º 4 - Na sua opinião, de que forma o desenvolvimento de novos meios tecnológicos, a nível económico, possibilita uma economia sem dinheiro físico?

No âmbito desta questão foi possível perceber que, para os especialistas, o desenvolvimento de novos meios tecnológicos é fundamental para uma economia desmonetizada. Através das respostas obtidas, é possível concluir que a disponibilização e divulgação de novos meios tecnológicos torna-se pertinente, na medida em que podem impulsionar uma economia com menor quantidade de dinheiro físico em circulação.

Segundo os inquiridos, a inovação e introdução de novos meios tecnológicos para a realização de transações possibilita a redução dos custos envolvidos, tais como: a redução de distâncias; tempo e risco. Em adição, o desenvolvimento de carteiras digitais, como por exemplo: *PayPal*, *Apple Pay*, *Google Pay* facilitou e promoveu a realização de transações não assentes em numerário físico.

Assim, a generalidade dos especialistas considera que o desenvolvimento de meios tecnológicos incentiva a existência de um ambiente económico confiável, com acesso facilitado a informação e a uma rede de transações mundiais, o que conseqüentemente, promove a inclusão financeira, mas também a adesão a estes métodos de pagamento e por conseguinte, leva à possibilidade de existência de uma economia desmonetizada.

Pergunta n.º 5 - De acordo com as conclusões da primeira fase do questionário e com base no seu conhecimento da área, selecione os dois benefícios decorrentes de uma medida de desmonetização da economia que são fundamentais para convencer e garantir a aceitação da transição para uma economia formal.

O consenso a respeito desta questão continua sem ser satisfatório. Dos inquiridos, três consideraram fundamental a uma transição para uma economia formal, os seguintes benefícios: os pagamentos eletrónicos que facilitam o acesso a serviços financeiros; os processos de pagamento com dinheiro eletrónico mais rápidos, eficientes e transparentes e o combate à evasão fiscal e ao financiamento do terrorismo. Deste modo, podemos afirmar que nenhum destes benefícios reúne consenso de que consiga realizar o proposto na questão.

No entanto, são considerados pouco relevantes três benefícios, dado que dois deles não obtiveram nenhum voto e o outro obteve apenas um (redução nos custos de gestão cambial; reforço de medidas de política monetária e papel de contenção da inflação e crises económicas, respetivamente).

Fica assim evidente que a desmonetização reúne um conjunto razoavelmente alargado de benefícios que não podem ser reduzidos a um núcleo relativamente diminuto.

Pergunta n.º 6 - De acordo com as conclusões da primeira fase do questionário, selecione os dois aspetos característicos das economias informais (ocultação de transações, por via da não utilização de meios de pagamento eletrónicos, ocultação de rendimentos, etc...) que mais condicionam a inclusão financeira.

Dos inquiridos, seis dos especialistas indicaram que a vulnerabilidade económica associada à falta de proteção a nível social é o aspeto mais condicionante da inclusão financeira, concluindo-se que este é um fator bastante consensual entre os participantes. A criação de barreiras que condicionam a formalização económica e o crescimento de forma sustentável foi outra resposta eleita pela maioria dos especialistas (quatro dos sete elegeram esta opção).

Em contraponto, importa referir que o aumento da desigualdade económica, não apresenta nenhuma influência na inclusão financeira, de acordo com os especialistas.

Pergunta n.º 7 - De acordo com as conclusões da primeira fase do questionário, selecione os dois maiores efeitos que uma medida de desmonetização da economia, com base no uso dos meios de pagamento digitais e no desenvolvimento tecnológico, tem na inclusão financeira da população (impactos podem ser positivos ou negativos).

Existiu um consenso maioritário na resposta à questão colocada, visto que quatro especialistas elegeram os seguintes efeitos como tendo o maior impacto na inclusão financeira: o aumento da sensibilização e facilidade de adoção dos serviços financeiros digitais, assim como a promoção da inclusão financeira, por exemplo, por via da política de atribuição de contas bancárias. Contrariamente, a redução do uso de dinheiro em “caixa”, de forma a condicionar as transações informais não representa, para os participantes, um efeito assinalável no âmbito da desmonetização.

Pergunta n.º 8 - De acordo com as conclusões da primeira fase do questionário, qual das opções reflete o maior impacto que uma medida de desmonetização da economia apresenta na diminuição das economias informais.

Nesta questão, quatro inquiridos concordam que, o maior impacto da desmonetização da economia na diminuição das economias informais, advém do incentivo à utilização de meios de pagamento digitais, que promovam a manutenção de registos, transparência e rastreabilidade das transações. As restantes afirmações não apresentam, para a maioria dos especialistas, um impacto assinalável a respeito da diminuição das economias informais.

Pergunta n.º 9 - De acordo com as conclusões da primeira fase do questionário, quais são as duas opções que refletem a melhor estratégia de adesão ao uso de meios de pagamento eletrónicos, estes que são um pilar fundamental numa economia formal, na inclusão financeira e na digitalização de uma economia.

É consensual (seis dos sete especialistas) que a disponibilização de infraestruturas digitais e de acesso à internet, nas áreas rurais e remotas, é uma estratégia fundamental rumo à adesão ao uso de meios de pagamento eletrónicos. As restantes afirmações não apresentam uma concordância assinalável, a respeito da sua eficácia, enquanto estratégia que garanta a aceitação dos utilizadores a realizarem pagamentos sem recorrerem a numerário físico.

Pergunta n.º 10 - De acordo com as conclusões da primeira fase do questionário, qual o fator mais impeditivo na transição dos países para uma economia formal?

De acordo com as respostas obtidas, é consensual para a maioria dos participantes que o fator mais impeditivo numa transição para a formalização de uma economia é a escassa iniciativa de promoção de formações em literacia económica e financeira, entre as classes menos instituídas.

Pergunta n.º 11 - De acordo com as conclusões da primeira fase do questionário, quais são dois benefícios mais convincentes e importantes para a transição para uma economia formal nos países com economias informais.

O acesso ao microcrédito e a maior inclusão financeira foram destacados, por quatro inquiridos, como os dois aspetos que apresentam a maior capacidade de contribuir, de forma mais significativa, para o aumento da adesão à formalização da economia, nos países com economias informais.

Fonte - elaboração própria

4.3. Comparação dos resultados do estudo com a revisão de literatura

Considerando as proposições de Rogoff (2015) e Singh (2018) sobre os problemas do sistema económico informal (evasão fiscal, falsificação de moeda, corrupção e financiamento do terrorismo), os resultados da pesquisa mostram que a substituição de numerário físico por outros meios de pagamento, eletrónicos e/ou digitais, é fundamental para prevenir economias que consintam a existência de problemas como a evasão fiscal, falsificação de moeda, corrupção e financiamento do terrorismo. A aposta numa medida de desmonetização da economia deve ser suportada por um apoio às famílias, visto que um problema encontrado na investigação e bastante mencionado, tanto na literatura como pelos inquiridos, encontra-se na dependência das famílias sobre os rendimentos que advêm deste tipo de economia.

Em termos de combate às economias informais, os próximos passos, de forma a promover uma transição para a formalização de uma economia, especificamente no caso de Angola, passa pela promoção da literacia económica e financeira, entre as classes menos instituídas, e também, pelo fortalecimento da Segurança Social. Adicionalmente, ficou perceptível que é necessário o reforço do nível de bancarização angolano, para assegurar o número máximo de transações controladas e fiscalizadas. Deste modo, foi dado tanto pela literatura, como pelos inquiridos, uma ênfase sobre a importância que a criação de emprego de qualidade, apoiado de uma legislação objetiva e bem aplicada representa para o combate aos problemas advindos das economias informais.

Segundo Narain e Pattnaik (2017) a desmonetização da economia é uma solução para os problemas criados pelos sistemas económicos informais, com destaque para a evasão fiscal, que impulsiona a transição para uma economia digital. Por sua vez, Schneider (2010) destacou a importância fundamental dos sistemas de pagamentos eletrónicos na produção de documentação sobre as transações. Em concordância estão os resultados da pesquisa, concluindo-se que com a capacidade de realização de transações no sector informal assegurada - privilegiando a utilização de meios de pagamento eletrónicos e/ou digitais, em prol do uso do dinheiro físico - confere-se às entidades competentes um controlo mais influente e eficiente sobre as transações, nomeadamente sobre potenciais ocultações de rendimento.

Os resultados do estudo estão alinhados com as perspetivas dos autores, visto que a literatura sugere que a desmonetização da economia privilegia o combate à evasão fiscal e ao acesso

a meios de pagamentos digitais simples e seguros, promovendo não só uma maior transparência financeira (manutenção de registos e rastreabilidade das transações), como também o aumento da inclusão financeira e a transição para uma economia fortemente apoiada nas ferramentas eletrónicas e digitais. Para tal, conclui-se que é necessária a elaboração de mais programas formativos a nível digital, bem como uma maior atribuição de incentivos fiscais às empresas presentes no ambiente digital e, por último a redução dos fatores que condicionam a digitalização de uma economia, tais como: a pouca perceção de segurança e confiança nos meios de pagamento eletrónicos e a escassez de infraestruturas necessárias à utilização de meios digitais.

5. Conclusões e recomendações para estudos futuros

5.1. Conclusões sobre o estudo

A presente dissertação dá resposta às questões de investigação, consideradas determinantes para o aprofundamento e análise dos efeitos que uma operação de desmonetização da economia tem nos sistemas económicos informais, sendo estas:

1. Será uma medida de desmonetização da economia capaz de, positivamente, condicionar o desenvolvimento de atividades nas economias informais?
2. Como é que a inovação e o desenvolvimento dos meios de pagamento tecnológicos viabilizam a existência duma economia sem dinheiro físico, nos países com economias informais?

A respeito da primeira questão, o quadro de referência estabelecido na revisão de literatura considera que uma política de desmonetização da economia é capaz de influenciar as atividades existentes nas economias informais. Neste estudo, a maioria dos inquiridos alinha por esta ideia e confirma a validade desta política influenciar positivamente a problemática, destacando o maior controlo e fiscalização sobre as transações como uma justificação pertinente a esta questão. Posto isto, atendendo aos objetivos do estudo, comprova-se a capacidade da desmonetização da economia de impactar positivamente as atividades dos sistemas económicos informais, uma vez que os meios de pagamento eletrónicos reforçam a transparência fiscal (permitindo o acesso ao histórico de

transações e o rastreio das mesmas), prevenindo e combatendo a fraude e evasão fiscal, o que resulta num maior cumprimento fiscal.

Adicionalmente, sabendo que a desmonetização da economia requer o aumento do nível de bancarização (permitindo a realização de investimentos, empréstimos, obtenção de cartões de crédito, acumulação de poupança) e promove a literacia financeira e o crescimento económico, podemos concluir que esta medida estimula o desenvolvimento económico e social, ao mesmo tempo que combate os problemas advindos das economias informais, tais como: a falta de inclusão financeira da população, os escassos apoios aos pequenos e microempreendedores, pouco desenvolvimento económico e social e, falta de inovação e de oportunidades de emprego. Além disso, a aposta nos meios de pagamento eletrónicos reduz a utilização do dinheiro físico, o que implica a limitação de um dos grandes facilitadores das economias informais, sendo que podemos afirmar que a desmonetização da economia tem um efeito direto nas atividades informais.

Relativamente à segunda questão, da literatura conclui-se que o desenvolvimento dos meios de pagamento digitais e/ou eletrónicos, assume uma importância fundamental numa economia, na qual o dinheiro físico em circulação, seja diminuto. Também esta ideia é defendida pelos especialistas inquiridos, que consideram que a inovação constante dos meios de pagamento, como por exemplo a utilização do telemóvel enquanto carteira, viabiliza e promove a existência de economias desmonetizadas, uma vez que possibilitam a realização de transações, independentemente do local ou do tempo. Neste sentido, investindo no aumento do nível de bancarização e na atribuição de apoios formativos, sobre o uso destes meios de pagamento alternativos às classes menos instruídas, procurando realçar a segurança e eficiência deste método, torna possível não só a existência de uma economia desmonetizada assente no pilar da inovação tecnológica, mas também a promoção da inclusão financeira. Em adição, a digitalização além de possibilitar a existência de uma economia desmonetizada, leva a uma melhoria assinalável na qualidade de vida, uma vez que permite uma maior produtividade na execução de tarefas, um acesso aos serviços financeiros maior e mais inclusivo, a criação de sistemas de contabilidade informatizados (mais eficientes e com capacidade de registo do histórico das transações).

Assim sendo, a presente dissertação satisfaz os objetivos do estudo, na medida em que confirma que a operação de desmonetização de uma economia influencia diretamente os sistemas económicos informais, tanto na redução como na prevenção das atividades dos mesmos. Por

acréscimo, concluiu-se que esta medida serve de incentivo ao desenvolvimento populacional, visto que aumenta o *know-how* da população (maior educação económica e financeira, melhor manuseamento de meios tecnológicos), a qualidade de vida da mesma (incentivo ao emprego de maior qualidade, acesso à segurança social, inclusão financeira) e ainda o cumprimento fiscal (a diminuição do uso de dinheiro para a realização de transações, alinhada com a informatização dos sistemas de contabilidade conduz a informações de maior detalhe e qualidade, permitindo uma fiscalização mais rigorosa sobre operações).

5.2. Limitações do estudo

Em relação às limitações encontradas durante a realização do estudo, nomeadamente no caso da revisão de literatura, foi notório o grande foco de pesquisas, já existentes, sobre o tópico de desmonetização da economia indiana, o que dificultou a obtenção de fontes de informação mais variadas e que acrescentassem ainda mais valor ao estudo. Este trabalho, como qualquer pesquisa, é condicionado e limitado pelas escolhas metodológicas. Neste caso, a formulação das perguntas e opções dadas aos inquiridos, num questionário construído segundo o método Delphi, poderá ter influenciado as respostas obtidas e, conseqüentemente, os consensos e conclusões, sendo que é necessária objetividade e isenção de modo que os resultados do estudo não sejam condicionados.

5.3. Recomendações para investigações futuras

A desmonetização de uma economia é um tema atual que conta com um vasto leque de questões por serem aprofundadas. A sua área de atuação é vasta e, dessa forma extensível a investigações com um foco maior na importância da digitalização e inovação, mas também a pesquisas orientadas para o estudo de problemas e comportamentos sociais, nomeadamente os existentes nas economias informais. Deste modo, é recomendável a continuação do estudo acerca desta problemática, podendo este seguir diversos rumos, o que é não só proveitoso e enriquecedor para o conhecimento e análises atuais, mas também para futuras investigações.

Neste sentido, por via da análise académica realizada nesta dissertação, sugere-se uma investigação, ainda que com pontos comuns a este tema, mais direcionada à influência que

variáveis como os pagamentos por criptomoedas possam representar numa ação de desmonetização da economia e, por consequência, averiguar a reação dos governos, nomeadamente a respeito da introdução de normas, leis e medidas de regulamentação no âmbito deste tipo de transações, bem como os efeitos advindos dessas reações. Adicionalmente, recomenda-se também um estudo sobre a relação e o impacto que uma aposta governamental no incentivo ao microcrédito tem na prossecução da formalização económica.

Referências

Agarwal, S., Basu, D., Ghosh, P., Pareek, B., & Zhang, J. (2018). Demonetization and digitization. *Social Science Research Network* 3197990.

Aggarwal, K., Malik, S., Mishra, D. K., & Paul, D. (2021). Moving from Cash to Cashless Economy: Toward Digital India. *Journal of Asian Finance, Economics and Business* 8(4), 43–54.

Aggarwal, M., & Gupta., M. (2019). Demonetisation: Move towards cash less economy. *Finance India* 33(3), 639-654.

Alalwan, A.A., Dwivedi, Y.K., & Rana, N.P. (2017). Factors influencing adoption of mobile banking by Jordanian bank customers: Extending UTAUT2 with trust. *International Journal of Information Management* 37(3), 99-110.

Andrianaivo, M., & Kpodar., K. (2012). Mobile phones, financial inclusion, and growth. *Review of Economics and Institutions* 3(2), 1-30.

Arendt, R., Bachmann, T.M., Motoshita, M., Bach, V., & Finkbeiner, M. (2020.) Comparison of different monetization methods in LCA: A review. *Sustainability* 12(24). <https://doi.org/10.3390/su122410493>

Armstrong, J. S. (1985). Long-term Forecasting: From Crystal Ball to Computer. 2ª Ed. Nova Iorque: Wiley-Interscience.

Augusto, A. (2014). Metodologias quantitativas/metodologias qualitativas: mais do que uma questão de preferência. *Fórum Sociológico Série II* 24, 73-77.

Bahmanziari, T., Pearson, J.M., & Crosby, L. (2003). Is trust important in technology adoption? A policy capturing approach. *Journal of Computer Information Systems* 43(4), 46-54.

Bain, K., Walpole, M., Hansford, A., & Evans, C. (2015). The internal costs of VAT compliance: Evidence from Australia and the United Kingdom and suggestions for mitigation. *EJournal of Tax Research* 13(1), 158–182.

Bajaj, A., & Damodaran, N. (2022). Consumer payment choice and the heterogeneous impact of India's demonetization. *Journal of Economic Dynamics and Control* 137, 104-329. <https://doi.org/10.1016/j.jedc.2022.104329>.

Barbone, L., Bird, R. M., & Vázquez Caro, J. (2012). The costs of VAT: A review of the literature. *CASE Network Reports* 106.

Barnes, J.L. (1987). *An international study of curricular organizers for the study of technology*. Dissertação de Mestrado em Educação. Instituto politécnico de Virgínia e Universidade Estadual.

Bijl, R. (1992). Delphi in a future scenario study on mental health and mental health care. *Futures* 24(3), 232-250.

Braga, F.D.A., Isabella, G., & Mazzon, J.A. (2013). Do Digital Wallets as a Payment Method Influence Consumer in Their Buying Behavior? [Em linha]. Disponível em: https://anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_MKT1209.pdf [Acesso em 2023/3/31].

Bubna, R., Raveendran, J., Kumar, S., Duggirala, M., & Malik, M. (2019). A partially grounded agent based model on demonetisation outcomes in India. In: Sokolowski, J., Durak, U., Mustafee, N., & Tolka, A. (Eds). *Summer of Simulation: 50 Years of Seminal Computer Simulation Research*, pp. 247-275. Cham: Springer.

Buckley, G. (1997). Microfinance in Africa: Is it either the problem or the solution?. *World development* 25(7), 1081-1093.

Chakravorti, B. (2016). India's botched war on cash. [Em linha] Disponível em: <https://hbr.org/2016/12/indias-botched-war-on-cash/> [Acesso em:2023/3/18].

Chen, X., & Li, S. (2017). Understanding continuance intention of mobile payment services: an empirical study. *Journal of Computer Information Systems* 57(4), 287-298.

Cruz, N., Tavares, A., Marques, R., Jorge, S., & Sousa, L. (2016). Measuring Local Government Transparency. *Public Management Review* 18(6), 866–893.

Das, A., & Agarwal, R. (2010). Cashless payment system in India-A roadmap. *Indian Institute of Technology Bombay*. [Em linha]. Disponível em: <http://dspace.library.iitb.ac.in/jspui/handle/10054/1732> [Acesso em: 2023/2/17].

Daştan, I., & Gürler, C. (2016). Factors affecting the adoption of mobile payment systems: An empirical analysis. *Emerging Markets Journal* 6(1), 17-24.

Dell'Anno, R. (2007). The shadow economy in Portugal: An analysis with the MIMIC approach. *Journal of Applied Economics* 10(2), 253-277.

Devos, K. (2013). *Factors influencing individual taxpayer compliance behaviour*. 1ªEd. Países Baixos: Springer Dordrecht.

Dharmapala, D., & Khanna, V.S. (2019). Stock Market Reactions to India's 2016 Demonetization. *Journal of Empirical Legal Studies* 16(2), 281- 317.

Evans, C. (2008). Taxation compliance and administrative costs: An overview. Tax Compliance Costs for Companies in an Enlarged European Community. *Linde Verlag, Vienna and Kluwer Law International, London*, 447-468.

Ekionea, J.B., & Fillion, G. (2011). Knowledge management capabilities consensus: evidence from a delphi study. *Academy of Informational and Management Sciences Journal* 14(1), 25-51.

Facione, P. (1990). Critical thinking: A statement of expert consensus for purposes of educational assessment and instruction. Research findings and recommendations. *American Philosophical Association, Newark, DE*. (ERIC Document Reproduction Service N.º ED315423)

Feige, E.L. (1979). How big is the irregular economy?. *Challenge* 22(5), 5-13.

Fischer, B., Köhler, P., & Seitz, F. (2004). The Demand for Euro Currencies, Past, Present and Future. *ECB Working Paper Series* 330.

Fouillet, C., Guérin, I., & Servet, J. M. (2021). Demonetization and digitalization: The Indian government's hidden agenda. *Telecommunications Policy* 45(2).

Franklin, K.K., & Hart, J.K. (2007). Idea generation and exploration: Benefits and limitations of the policy Delphi research method. *Innovative Higher Education* 31, 237-246.

Gao, L., & Waechter, K.A. (2017). Examining the role of initial trust in user adoption of mobile payment services: an empirical investigation. *Information Systems Frontiers* 19, 525-548.

Gefen, D. (2000). E-commerce: the role of familiarity and trust. *Omega* 28(6), 725- 737.

Gelo, O., Braakmann, D., & Benetka, G. (2008). Quantitative and qualitative research: Beyond the debate. *Integrative psychological and behavioral science* 42, 266-290.

Ghosh, C., & Chaudhury, R.H. (2019). Gender gap in case of financial inclusion: An empirical analysis in Indian context. *Economics Bulletin* 39(4), 2615-2630.

Ghosh, J., Chandrasekhar, C.P., & Patnaik, P. (2017). *Demonetisation decoded: A critique of India's currency experiment*. 1^a Ed. Londres: Taylor & Francis.

Gil, C.A. (2002). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 4^a Ed. São Paulo: Editora Atlas S.A.

Goeke, L., & Pousttchi, K. (2010). A scenario-based analysis of mobile payment acceptance. *2010 Ninth International Conference on Mobile Business and 2010 Ninth Global Mobility Roundtable IEEE*.

Gomes, P. S., Fernandes, M. J., & Carvalho, J. B. D. C. (2015). The International Harmonization Process of Public Sector Accounting in Portugal: The Perspective of Different Stakeholders. *International Journal of Public Administration* 38(4), 268–281.

Grimes, S. (2003). The digital economy challenge facing peripheral rural areas peripheral rural areas. *Progress in Human Geography* 27(2), 174-193.

Grisham, T. (2009). The Delphi technique: a method for testing complex and multifaceted topics. *International Journal of Managing Projects in Business* 2(1), 112-130.

Gupta, U.G., & Clarke, R.E. (1996). Theory and applications of the Delphi technique: A bibliography (1975–1994). *Technological forecasting and social change* 53(2), 185-211.

Hsu, C., & Sanford, B. (2007). The Delphi Technique: Making Sense of Consensus. *Practical Assessment, Research & Evaluation* 10(12). <https://doi.org/10.7275/pdz9-th90>.

Jacobs, B. (2017). Digitalization and Taxation. *In Digital Revolution in Public Finance*. 25-56.

Karmakar, S., & Narayanan, A. (2020). Do households care about cash? Exploring the heterogeneous effects of India's demonetization. *Journal of Asian Economics* 69. <https://doi.org/10.1016/j.asieco.2020.101203>.

Kaul, M., & Mathur, P. (2017). Impact of digitalization on the indian economy and requirement of financial literacy. *International Conference on Recent Innovations in Engineering and Technology*, 100-105.

Kayo, E.K., & Securato, J.R. (1997). Método Delphi: fundamentos, críticas e vieses. *Caderno de Pesquisas em Administração* 1(4), 51-61.

Kazan, E., Tan, C.W., Lim, E.T., Sørensen, C., & Damsgaard, J. (2018). Disentangling digital platform competition: The case of UK mobile payment platforms. *Journal of management information systems* 35(1), 180-219.

Keen, M., & Smith, S. (2006). VAT fraud and evasion: What do we know and what can be done?. *National Tax Journal* 59(4), 861-887.

Kirchler, E. (2007). *The economic psychology of tax behaviour*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.

Kiyotaki, N., & Wright, R. (1989). On money as a medium of exchange. *Journal of political Economy* 97(4), 927-954.

Klenk, N.L., & Hickey, G.M. (2011). A virtual and anonymous, deliberative and analytic participation process for planning and evaluation: The Concept Mapping Policy Delphi. *International Journal of Forecasting* 27(1), 152-165.

Kohli, V., & Kumar, R. (2016). Economic rationale of ‘demonetisation’. *Economic and Political Weekly* 51 (53).

Koller, M. (1988). Risk as a determinant of trust. *Basic and applied social psychology* 9(4), 265-276.

Kryparos, G. (2018). Information security in the realm of Fintech. In: Teigland, R., Siri, S., Larsson, A., Puertas, A. M., Ingram Bogusz, I. (2018). *The Rise and Development of FinTech: Accounts of Disruption from Sweden and Beyond*. London: Routledge, 43-65.

Kyriazis, N.A. (2017). Eurozone Debt Monetization and Helicopter Money Drops: How Viable can this be?. *Journal of Central Banking Theory and Practice* 6(3), 5- 15.

Lackó, M. (2000). Hidden economy—an unknown quantity? Comparative analysis of hidden economies in transition countries, 1989–95. *Economics of transition* 8(1), 117-149.

Lang, T. (1998). An overview of four featured methodologies. *Hawaii Research Center for Futures Studies*.

Leite, P.S. (2016). The role of policy makers in the formulation and implementation of public policy for Brazilian agriculture. *Latin American Perspectives* 43(2), 60-76.

Li, K. W. (1997). Money and monetization in China’s economic reform. *Applied Economics* 29(9), 1139–1146.

Lignier, P., & Evans, C. (2012). The rise and rise of tax compliance costs for the small business sector in Australia. *Australian Tax Forum* 27(3), 615-672.

Linstone, H. A., & Turoff, M. (2002). *The Delphi method: Techniques and applications*. Reading, Mass.: Addison-Wesley Pub. Co, 80–96.

Lippert, O., & Walker, M. (1997). *The underground economy: Global evidence of its size and impact*. Vancouver: Fraser Institute.

Lopes, C.M. (2008). *Quanto custa pagar impostos em Portugal?*. 1ª Ed. Coimbra: Almedina.

Mali, V. (2016). Demonetization: A step towards modified India. *International Journal of Commerce and Management Research* 2(12), 35-36.

Martins, J.T., & Baptista Nunes, M. (2016). Academics'e-learning adoption in higher education institutions: a matter of trust. *The Learning Organization* 23(5), 299- 331.

Miller, M.M. (1993). Enhancing regional analysis with the Delphi method. *Review of regional studies* 23(2), 191-212.

Miller, R., Michalski, W., & Stevens, B. (2002). The Future of the Money. *Organization for Economic Co-Operation and Development (OCDE) Report*, 11–30.

Ministério da Economia e do Governo de Angola. (2018). *Plano de Desenvolvimento 2018-2022*. Luanda.

Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial da República de Angola (MPDT) (2012). *Plano de Desenvolvimento 2013-2017*. Luanda: MPDT.

Miranda, G. J., Nova, S. P. C. C., & Cornacchione JR, E. B. (2012). Dimensões da qualificação docente em contabilidade: um estudo por meio da técnica Delphi. *In Anais do 12º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*.

Mishchenko, V., Naumenkova, S., Mishchenko, S., & Ivanov, V. (2018). Inflation and economic growth: The search for a compromise for the Central Bank's monetary policy. *Banks & bank system's* 13(2), 153-163.

Modi, N. (2016). Full text: PM Modi's 2016 demonetisation speech that shocked India. [Em Linha] Disponível em: https://www.business-standard.com/article/economy-policy/full-text-pm-modi-s-2016-demonetisation-speech-that-shocked-india-117110800188_1.html [Acesso em 2023/4/22].

Mukhopadhyay, B. (2016). Understanding cashless payments in India. *Financial Innovation* 2(1), 1-26.

Mukhopadhyay, S., & Bouwman, H. (2019). Orchestration and governance in digital platform ecosystems: a literature review and trends. *Digital Policy, Regulation and Governance* 21(4), 329-351.

Narain, U., & Pattnaik, R.K. (2017). Impact analysis of demonetization on service sector: An Indian experience. In *Advances in Human Factors, Software, and Systems Engineering*. Springer International Publishing, pp. 174-184.

Neeraj, E.E. (2017). An Analysis of Impact of Demonetization on Black Money in India. *IOSR Journal of Humanities and Social Sciences* 22 (5), 73-75.

Nguyen, O.T. (2020). Factors affecting the intention to use digital banking in Vietnam. *The Journal of Asian Finance, Economics and Business* 7(3), 303-310.

NWAFOR, M.C. (2018). Nexus between internet penetration and financial inclusion in Nigeria. *International Journal of Research and Innovation in Social Science* 2(10), 220-226.

Osborne, J., Collins, S., Ratcliffe, M., Millar, R., & Duschl, R. (2003). What “ideas- about- science” should be taught in school science? A Delphi study of the expert community. *Journal of research in science teaching* 40(7), 692-720.

Palma, N. (2018). Money and modernization in early modern England. *Financial History Review* 25(3), 231-261.

Paulo, A. (2022). PREI revela balanço de 200 mil registados [Em linha] Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/prei-revela-balanco-de-200-mil-registados/> [Acesso em: 2023/4/26].

Pavlou, P.A. (2003). Consumer acceptance of electronic commerce: Integrating trust and risk with the technology acceptance model. *International journal of electronic commerce* 7(3), 101-134.

Pearce, L.D. (2012). Mixed methods inquiry in sociology. *American Behavioral Scientist* 56(6), 829-848.

Pedersen, S. (2003). The Shadow Economy in Germany, Great Britain and Scandinavia: a measurement based on questionnaire surveys (No. 10). Copenhagen: *The Rockwool Foundation Research Unit*.

Pocinho, M., & Matos, F. (2022). Metodologias de Pesquisa e de Investigação: qualitativa, quantitativa, quantiquantitativa, qualiquantitativa e revisões sistemáticas, 1ª Ed. Lisboa: LIDEL - Edições Técnicas, Lda.

Poniatowski, G., Bonch-Osmolovskiy, M., Duran-Cabré, J.M., Esteller-Moré, A., & Śmietanka, A. (2018). *Study and reports on the VAT gap in the EU-28 Member States: 2018 Final Report*. Varsóvia: Center for Social and Economic Research.

Powell, C. (2003). The Delphi technique: myths and realities. *Journal of advanced nursing* 41(4), 376-382.

Praseetha, S., & Anusuya, S. (2019). Storage and Security Issues of Medical Images using Cloud Platform C. Server meant for Security. *Internation Journal of Innovative Technology and Exploring Engineering*, 8(12), 977–980.

Priyadharshini, M.U., & Lourthuraj, S.A. (2015). An empirical analysis on semi strong form efficiency in select fmcg companies listed in nse. *Journal Impact Factor* 6(1), 343-347.

Rajagopalan, S. (2020). Demonetization in India: Superfluous discovery and money laundering. *The Review of Austrian Economics* 33(1), 201-217.

Reserve Bank of India. (2018). Annual report 2017-2018. Mumbai: Reserve Bank of India. [Em linha] Disponível em: <https://www.rbi.org.in/scripts/AnnualReportPublications> [Acesso em 2023/5/19].

Rogerson, C.M. (2008). Tracking SMME development in South Africa: Issues of finance, training and the regulatory environment. *In Urban forum* 19(1), 61-81.

Rogoff, K. (1998). Blessing or curse? Foreign and underground demand for euro notes. *Economic Policy* 13(26), 262-303.

Rogoff, K. (2015). Costs and benefits to phasing out paper currency. *NBER Macroeconomics Annual* 29(1), 445-456.

Rogoff, K. (2016). The curse of cash: How large-denomination bills aid crime and tax evasion and constrain monetary policy. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.

Roth, J., Scholz, J., & Witte, A. (1989). Taxpayer Compliance: An Agenda For Research. 1^a Ed. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

Rowe, G., & Wright, G. (1999). The Delphi technique as a forecasting tool: issues and analysis. *International journal of forecasting* 15(4), 353-375.

Sam, J. S., Chakraborty, A., & Srinivasan, J. (2021). Cashlessness in India: Vision, policy and practices. *Telecommunications Policy* 45(8). <https://doi.org/10.1016/j.telpol.2021.102169>.

Samargandi, N., Kutan, A.M., Sohag, K., & Alqahtani, F. (2020). Equity market and money supply spillovers and economic growth in BRICS economies: A global vector autoregressive approach. *The North American Journal of Economics and Finance* 51. <https://doi.org/10.1016/j.najef.2019.101060>.

Sanatani, T. (2017). Effects of demonetization on digital payment systems in India. *International Journal of Computer Science and Network Security* 17(11), 136-140.

Sandford, C.T., Godwin, M., & Hardwick, P.J. (1989). Administrative and compliance costs of taxation. 1^a Ed. Bath: Fiscal Publications, University of Bath.

Sandrey, M.A., & Bulger, S.M. (2008). The Delphi method: an approach for facilitating evidence based practice in athletic training. *Athletic Training Education Journal* 3(4), 135-142.

Schneider, F., & Enste, D.H. (2000). Shadow economies: Size, causes, and consequences. *Journal of economic literature* 38(1), 77-114.

Schneider, F. (2010). The Shadow Economy in Europe, 2010: Using electronic payments systems to combat the shadow economy. [Em linha]. Disponível em: https://feelingeuropa.eu/Pages/Shadow_Economy_in_Europe.pdf [Acesso em 2023/3/10].

Shah, A.Y. (2017). Impact of Demonetisation on Rural India. *International Journal of Scientific and Research Publications* 7 (3), 220-23.

Shirley, M.A.J. (2017). Impact of demonetization in India. *International Journal of Trend in Research and Development* 17, 20-23.

Silva, R.F.D., & Tanaka, O.Y. (1999). Técnica Delphi: identificando as competências gerais do médico e do enfermeiro que atuam em atenção primária de saúde. *Revista da Escola de Enfermagem da USP* 33, 207-216.

Singh, C. (2018). India since demonetisation. *IIM Bangalore Research Paper* 567.

Singh, V.K., & Ghosh, S. (2021). Financial inclusion and economic growth in India amid demonetization: A case study based on panel cointegration and causality. *Economic Analysis and Policy* 71, 674-693.

Soni, S. (2020). Digital payments jump 135% during FY18-20; UPI, cards see highest volume [Em Linha] Disponível em: <https://www.financialexpress.com/business/industry-digital-payments-jump-135-during-fy18-20-upi-cards-see-highest-volume-2103051/> [Acesso em 2023/3/28].

Tandon, D., & Kulkarni, B. (2017). Demonetization in India: The Good, Bad and Ugly Facets. *Asian Journal of Research in Business Economics and Management*, 7(1), 41-47.

Tanzi, V. (2002). The shadow economy, its causes and its consequences. Palestra apresentada International Seminar on the Shadow Economy Index in Brazil, Rio de Janeiro, Brasil, 12 de março de 2002.

Thomas, A. M. (2018). Demonetization made winners of companies like Paytm. The poor are still counting the costs. [Em Linha] Disponível em: Demonetisation Made Winners of Companies Like Paytm, The Poor Are Still Counting The Costs | HuffPost Business [Acesso em 2023/3/17].

Tigari, H. (2018). Digitalization-a step towards cashless economy. *International Journal in Trend of Scientific Research and Development* 2(2), 913-917.

Upadhyay, D., & Suvarna, S.W. (2018). Impact of demonetization on the Indian stock market: With special reference to Bombay stock exchange. *Paradigm* 22(2), 175-184.

Vyas, M. (2018). Using fast frequency household survey data to estimate the impact of demonetisation on employment. *Review of market integration* 10(3), 159-183.

Vella, M. (2017). Implications of Digitalization for International Corporate Tax Reform. In: Gupta, S., Keen, M., Shah, A., & Verdier, G. (Eds). *Digital Revolutions in Public Finance*, pp. 91-112. International Monetary Fund.

Vally, K.S., & Divya, K.H. (2018). A study on digital payments in India with perspective of consumer's adoption. *International journal of pure and applied mathematics* 119(15), 1259-1267.

Veerakumar, K. (2017). A study on people impact on demonetization. *International Journal of Interdisciplinary Research in Arts and Humanities* 2(1), 9-12.

Wright, J. T., & Giovinazzo, R. A. (2000). Delphi-uma ferramenta de apoio ao planejamento prospectivo. *Caderno de pesquisas em administração* 1(12), 54-65.

Yousafzai, S.Y., Pallister, J.G., & Foxall, G.R. (2003). A proposed model of e-trust for electronic banking. *Technovation* 23(11), 847-860.

Yousuf, M.I. (2007). Using experts opinions through Delphi technique. *Practical Assessment, Research and Evaluation* 12, 1-8.

Zhu, H., Gupta, A., Majumder, B., & Steinbach, S. (2018). Short-term effects of India's demonetization on the rural poor. *Economics Letters* 170, 17-21.

Zmijewska, A., Lawrence, E., & Steele, R. (2004). Towards Understanding of Factors Influencing User Acceptance of Mobile Payment Systems. *Proceedings of the IADIS International Conferences*, 270-277. <https://doi.org/10.1089/cpb.2007.0244>.

Žukauskas, V., & Hülsmann, J.G. (2019). Financial asset valuations: The total demand approach. *The Quarterly Review of Economics and Finance* 72, 123-131.

Anexos

Anexo A: Guião do Questionário da primeira ronda

O seguinte questionário tem como principal objetivo, reunir o conhecimento de peritos na área em análise, bem como o enriquecimento e o aprofundar do estudo referente ao impacto que uma medida de desmonetização da economia tem nos sistemas económicos informais. Isto é, as consequências que advém da medida em questão, os benefícios e obstáculos da mesma e a aceitação por parte dos integrantes neste tipo de economias. O questionário está inserido no âmbito da dissertação de mestrado em Ciências Empresariais, referente ao Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), pertencente à Universidade de Lisboa (UL) sob orientação do professor José Dias Lopes.

No desenrolar do questionário serão dadas todas as instruções necessárias com vista ao preenchimento do mesmo, sendo que é essencial realçar que não existem respostas universalmente corretas, pelo que a sua opinião é importante. No âmbito do questionário, é necessário detalhar que a segurança e anonimidade das respostas está assegurada.

1. A literatura considera que a desmonetização da economia poderá ter os dez benefícios indicados abaixo. Ordene-os, verticalmente (1ª - mais importante a 10ª- menos importante), de acordo com o que considera ser a forma como eles poderão contribuir e impulsionar a formalização da economia angolana.

- i) Pagamentos eletrónicos que facilitam o acesso a serviços financeiros (promoção da inclusão financeira).
- ii) Processos de pagamento com dinheiro eletrónico mais rápidos, eficientes e transparentes.
- iii) Permite um registo das transações e a conseqüente produção de informações contabilísticas melhores e mais completas.
- iv) Combate à evasão fiscal (declaração mais real dos rendimentos) e ao financiamento do terrorismo.
- v) Redução nos custos de gestão cambial.
- vi) Redução de custos com a impressão e circulação da moeda.
- vii) Participação de um maior número de investidores estrangeiros no país.

- viii) Reforço de medidas de política monetária.
- ix) Papel de contenção da inflação e crises económicas.
- x) É uma ferramenta de transição para uma economia digital.

2. Diversos autores consideram os oito aspetos indicados abaixo como áreas de possíveis impactos da desmonetização da economia. Ordene-os, verticalmente, de acordo com a sua perspetiva de impacto (1ª- maior impacto da desmonetização a 8ª - menor impacto da desmonetização).

- i) Variações nos depósitos bancários.
- ii) Impacto nas cotações.
- iii) Variações no emprego.
- iv) Redução da desigualdade de género.
- v) Diminuição das receitas e despesas das famílias.
- vi) Escassez de dinheiro em circulação.
- vii) Efeito preventivo nas economias paralelas.
- viii) Melhoria da cobrança de impostos.

3. O Programa de Reversão da Economia Informal (PREI) impulsiona a inclusão financeira e é um incentivo ao processo de inclusão digital. Quais são, para si, num país como Angola os três maiores entraves a uma possível desmonetização da economia e consequente utilização de meios de pagamento digitais?

- i) Pouca perceção de segurança e confiança no uso de meios de pagamento eletrónicos.
- ii) Barreiras iniciais de aprendizagem na adoção de novas tecnologias.
- iii) Poucos serviços de pagamentos digitais.
- iv) Escassez de infraestruturas necessárias à utilização de meios digitais.
- v) Custos iniciais de obtenção da tecnologia de pagamentos digitais.

- vi) Pouca disponibilização de formações a respeito do método e uso de pagamentos digitais.
- vii) Dependência nos rendimentos auferidos a partir das economias informais.
- viii) Ocultação de rendimentos a partir das economias informais permite uma maior poupança, comparativamente à formalização da economia.

4. Atendendo ao seu conhecimento indique quais os três obstáculos que mais condicionam a potencialidade do processo de formalização da economia nos países assentes numa economia informal?

- i) Pouca população com uso e acesso a contas bancárias (baixa inclusão financeira).
- ii) Processos de pagamento com recurso a novas tecnologias pouco desenvolvidos.
- iii) Fraca disponibilização dos recursos para a componente de microcrédito.
- iv) Forte dependência das famílias nos rendimentos advindos das economias informais.
- v) Pouca quantidade de incentivos e formações, direcionados às classes mais envelhecidas, a respeito do uso de métodos de pagamentos tecnológicos.
- vi) Facilidade de participação nas economias informais e o baixo nível de deteção nas mesmas.
- vii) Escassos incentivos ao desenvolvimento de Know-how em competências tecnológicas.
- viii) Poucas iniciativas de promoção de formações em literacia económica e financeira entre as classes menos instituídas.

5. Dos efeitos do combate à economia informal indicados abaixo, quais são, na sua opinião, os três efeitos que destaca como mais difíceis de receberem aceitação, por parte da população, no âmbito da formalização da economia.

- i) Incremento das contribuições sociais.
- ii) Aumento de normas na economia tradicional.
- iii) A exigência de redução do horário laboral semanal.
- iv) Aumento das solicitações da reforma antecipada.
- v) Incremento do desemprego afeto às presenças nas economias paralelas.

vi) Depreciação da moral tributária.

6. A formalização da economia angolana levada a cabo através do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI) permite aos agentes económicos, por exemplo, o acesso à Segurança Social, à capacidade de gestão dos micronegócios, à acessibilidade ao microcrédito e ao sistema de pagamentos digitais. Destaque quatro benefícios que, na sua opinião, apresentem o maior impacto na decisão de passagem da economia informal para a economia formal?

i) Redução da fraude fiscal.

ii) Acesso à Segurança Social.

iii) Maior desenvolvimento económico e social.

iv) Acesso ao microcrédito.

v) Maior inclusão financeira.

vi) Maior utilização de meios de pagamentos digitais.

vii) Abertura em maior escala de contas bancárias.

viii) Maior acesso aos terminais de pagamento.

ix) Maior transparência na informação.

x) Interesse pelo desenvolvimento próprio a nível educacional (maior literacia financeira, formação na gestão de negócios).

7. A respeito dos processos de formalização da economia, considere os nove quadros estratégicos indicados abaixo. Ordene-os, verticalmente, de acordo com o que considera ser a sua importância (1ª-mais importante a 9ª-menos importante).

i) Criação de emprego de qualidade.

ii) Legislação bem definida e aplicada.

iii) Melhores condições de trabalho e maior quantidade de inspeção no trabalho.

iv) Promoção de um ambiente favorável para o desenvolvimento das empresas sustentáveis.

- v) Acesso ao financiamento.
- vi) Desenvolvimento de competências.
- vii) Estratégias de desenvolvimento local e da economia social.
- viii) Promoção da igualdade e combate à discriminação.
- ix) O papel da segurança social.

8. A Desmonetização da economia pode ter como objetivo a prossecução do combate à evasão fiscal, o incentivo da inclusão financeira e a transição para uma economia digitalizada. Destaque três benefícios da digitalização económica que, na sua opinião, poderiam “convencer” os participantes nas economias informais numa perspetiva de desmonetização e formalização da economia.

- i) Criação de emprego de qualidade.
- ii) Melhoria na execução de tarefas (maior velocidade, expansão da conectividade).
- iii) Aumento na produtividade, oportunidades de emprego e na melhoria da qualidade de vida.
- iv) Maior mobilidade (realização de pagamentos independentemente das variáveis local e tempo).
- v) Fonte de vantagem competitiva e de criação de valor (por via das plataformas digitais).
- vi) Maior inovação e oportunidades de emprego.
- vii) Desenvolvimento de novas competências.

9. A economia informal pode impactar, positiva ou negativamente, a inclusão financeira. Deste modo, ordene, verticalmente, (1ª-maior impacto a 9ª-menor impacto) as opções que, para si, refletem o maior impacto que a economia informal detém na inclusão financeira, podendo este ser positivo ou negativo:

- i) Aumento de oportunidades referentes à criação de rendimento para a população excluída da economia/mercado formal.
- ii) Menor acesso a serviços financeiros formais, como por exemplo contas bancárias.

- iii) Incremento da poupança e da capacidade de subsistência financeira.
- iv) Maior vulnerabilidade económica associada à falta de proteção a nível social.
- v) Aumento da desigualdade económica.
- vi) Incentivo ao empreendedorismo através de maiores ações de inovação.
- vii) Criação de barreiras que condicionam a formalização económica e o crescimento de forma sustentável.
- viii) Existência de meios (economias informais) que possibilitam a “sobrevivência” a nível económico, em tempos de instabilidade.
- ix) Condicionante da implementação de políticas e regulamentações que promovam a inclusão financeira.

10. A desmonetização da economia apresenta impactos na inclusão financeira. Assim sendo, assinale, de entre as alíneas abaixo, as quatro que, na sua opinião, melhor descrevem os efeitos (podendo estes ser positivos ou negativos) que uma medida de desmonetização da economia pode ter na inclusão financeira.

- i) Aumento da sensibilização e facilidade de adoção dos serviços financeiros digitais.
- ii) Acesso condicionado e diminuído aos serviços financeiros, por parte das pessoas desprovidas/pouco conhecedoras ao nível de tecnologias digitais.
- iii) Efeito negativo na inclusão financeira da população com dificuldades de acesso a internet, fibra ótica, banda larga, isto é, meios de conectividade.
- iv) Maior incentivo à formalização da economia e à adoção/utilização do método de transação via eletrónica.
- v) Promoção da inclusão financeira (principalmente destinada à faixa populacional mais vulnerável) através, por exemplo da política de atribuição de contas bancárias.
- vi) Redução do uso de dinheiro em “caixa” de forma a condicionar as transações informais.
- vii) Aumento do incentivo ao uso de sistemas de pagamento não habituais/alternativos (exemplo: criptomoedas).

- viii) Existência de novos desafios, nomeadamente no âmbito da segurança e privacidade, mediante o incremento do número de transações digitais.

11. A desmonetização da economia pode influenciar a formalização das atividades económicas. Selecione três opções que, para si, melhor descrevem os impactos provenientes de uma medida de desmonetização na formalização da economia.

- i) Incentivo à utilização de meios de pagamento via digital, promovendo a manutenção de registos, transparência e rastreabilidade das transações.
- ii) Diminuição da existência de economias informais, por via de uma maior necessidade de registo e de conformidade com as regulamentações.
- iii) Aumento da transparência financeira e condicionamento da evasão fiscal.
- iv) Promoção da utilização de contratos formais, bem como do maior registo das transações, com impactos no fortalecimento do sistema legal.
- v) Maior sensibilização e adoção das empresas ditas informais a programas de incentivo à formalização das suas atividades.
- vi) Criação de novas oportunidades de emprego (formal) derivadas e no âmbito do desenvolvimento das soluções digitais.

12. Existem várias estratégias que podem ser adotadas para promover a formalização das economias informais. Para si, quais são, de entre as estratégias apresentadas abaixo, as três que considera serem as melhores:

- i) Simplificação e menor burocracia na criação e no registo de empresas.
- ii) Promoção e atribuição de incentivos fiscais e benefícios destinados às empresas que adotem as políticas de formalização.
- iii) Implementação de programas de aprendizagem e formação destinados aos empreendedores informais.
- iv) Melhoria do acesso ao crédito e a serviços financeiros em prol dos empreendedores informais, de forma que haja uma formalização dos mesmos e das suas atividades.

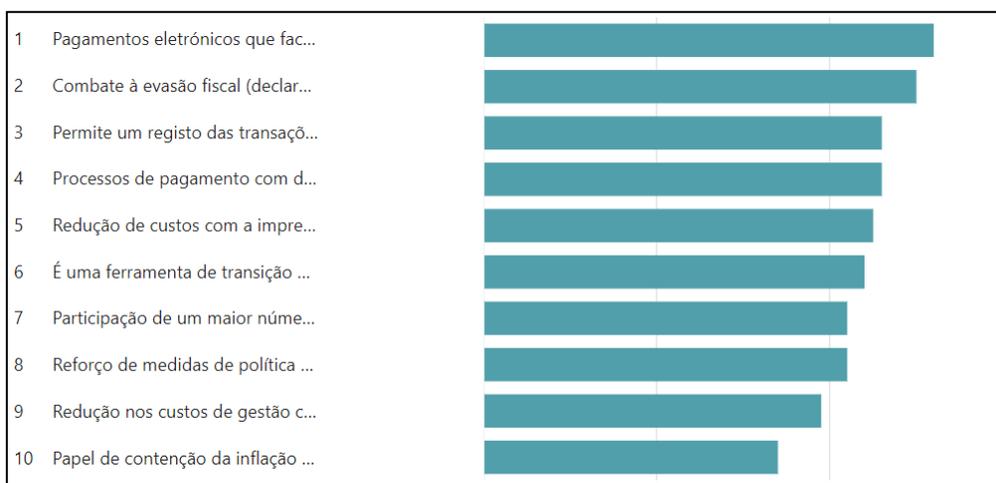
- v) Criação e implementação de parcerias público-privadas que incentivem a formalização e assistam as empresas informais.
- vi) Uso de medidas de fiscalização e um maior rigor e exigência na aplicação das regulamentações tributárias, de forma a desencorajar a informalidade.

13. Escolha, de entre as opções abaixo, as duas que, para si, são as melhores estratégias para alcançar a formalização das economias baseadas em meios de pagamento digitais:

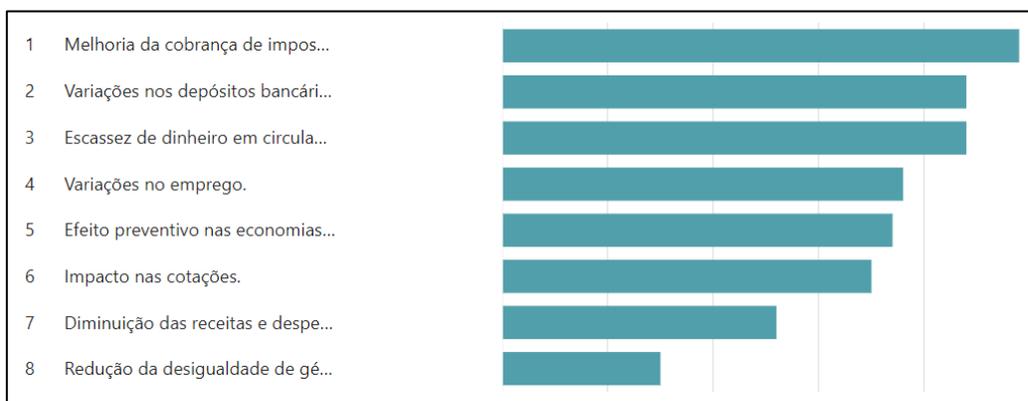
- i) Criação de medidas de regulamentação objetivas e precisas no âmbito do comércio feito por via digital/eletrónica.
- ii) Incentivo à utilização de plataformas de pagamento digital, simples, seguras e de confiança.
- iii) Disponibilização de infraestruturas digitais e de acesso à internet nas áreas rurais e remotas.
- iv) Elaboração de programas de formação digital destinados aos trabalhadores informais.
- v) Atribuição de estímulos e incentivos fiscais e benefícios às empresas que atuem no ambiente digital.
- vi) Promoção e criação de parcerias entre o setor público e o setor privado que maximizem a potencialidade da inclusão digital.

Anexo B: Resultados do Questionário da primeira ronda (questões presentes no anexo A)

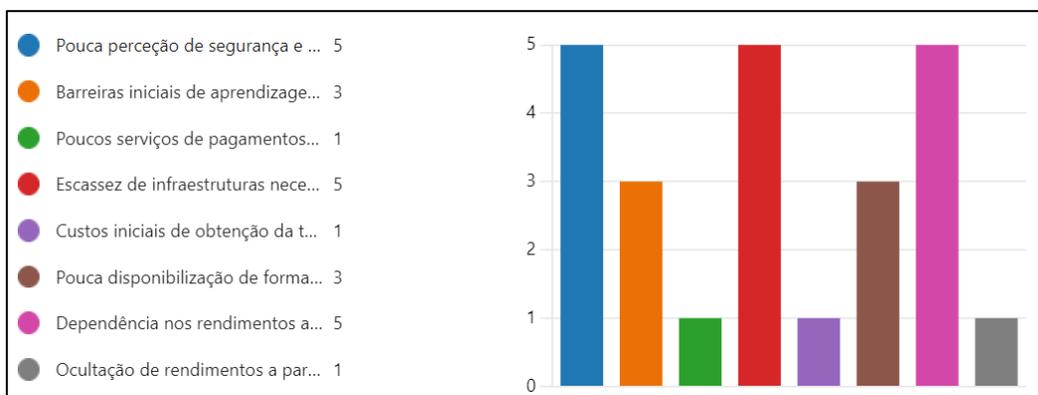
Questão n.º 1



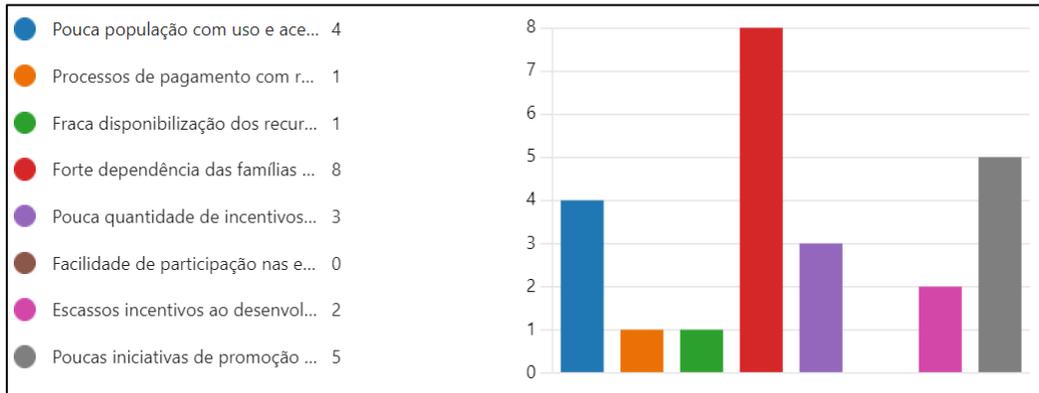
Questão n.º 2



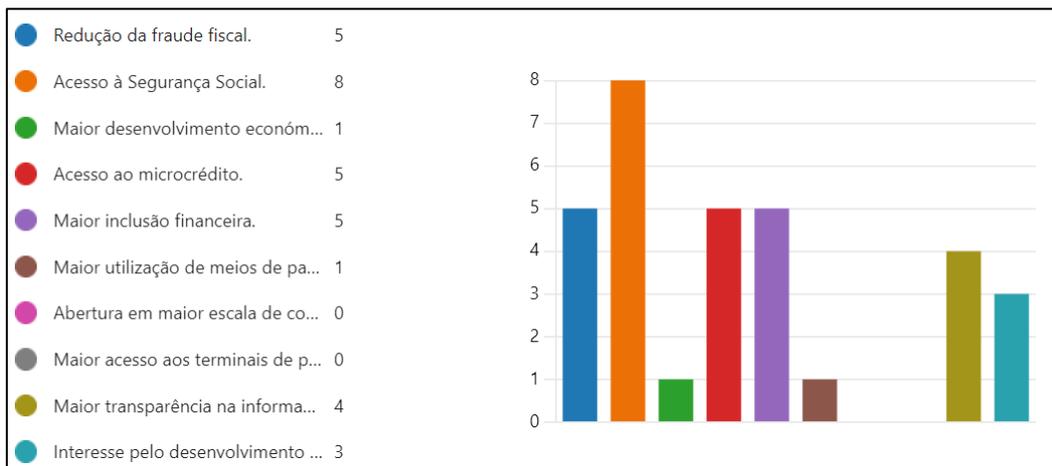
Questão n.º 3



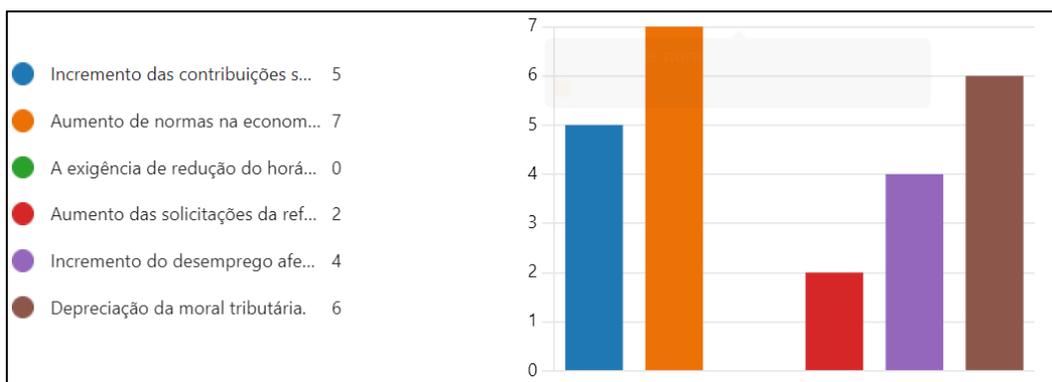
Questão n.º 4



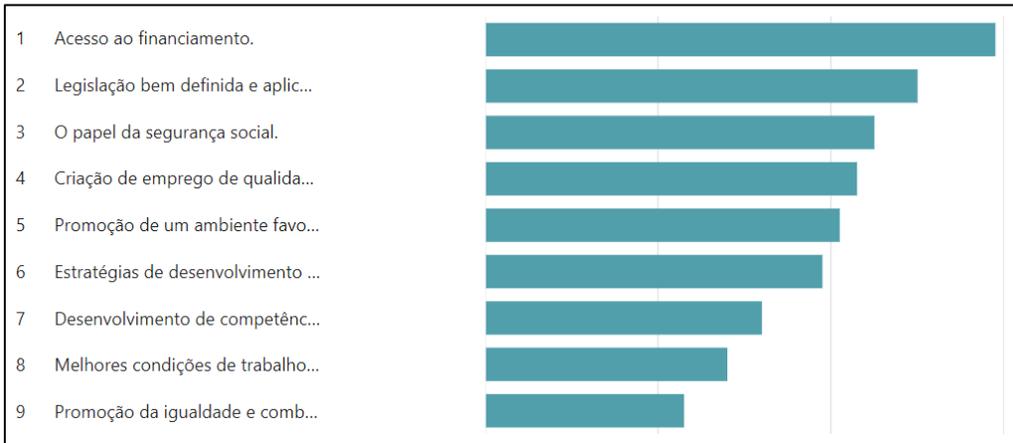
Questão n.º 5



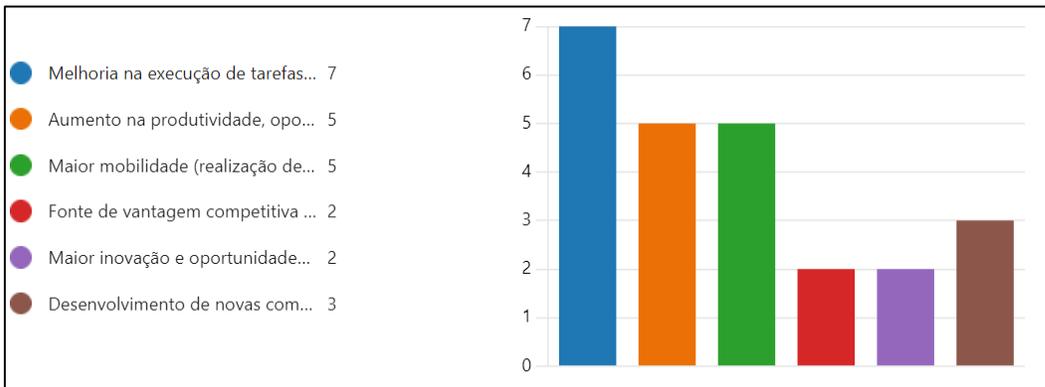
Questão n.º 6



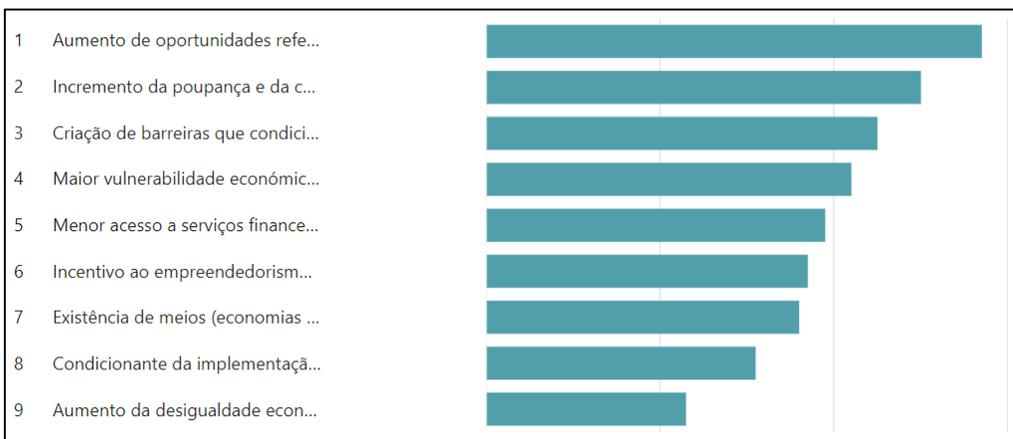
Questão n.º 7



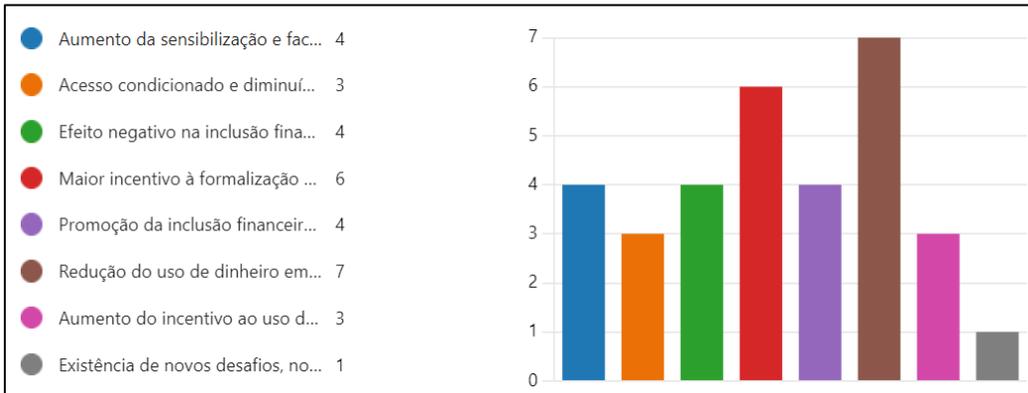
Questão n.º 8



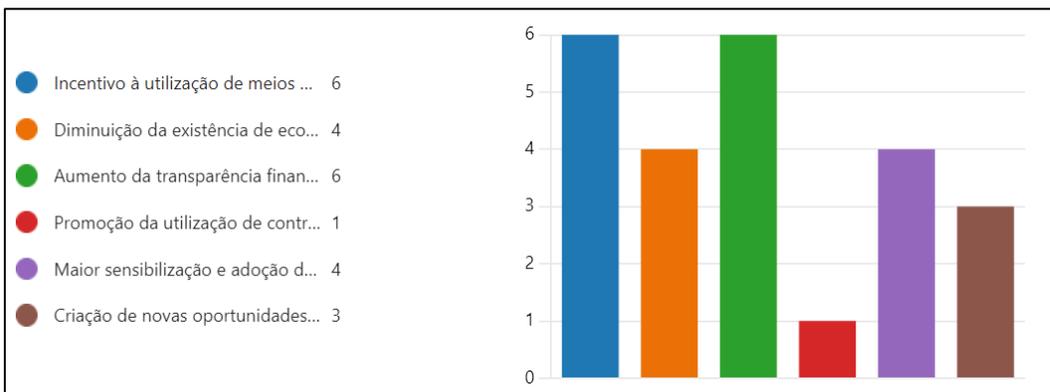
Questão n.º 9



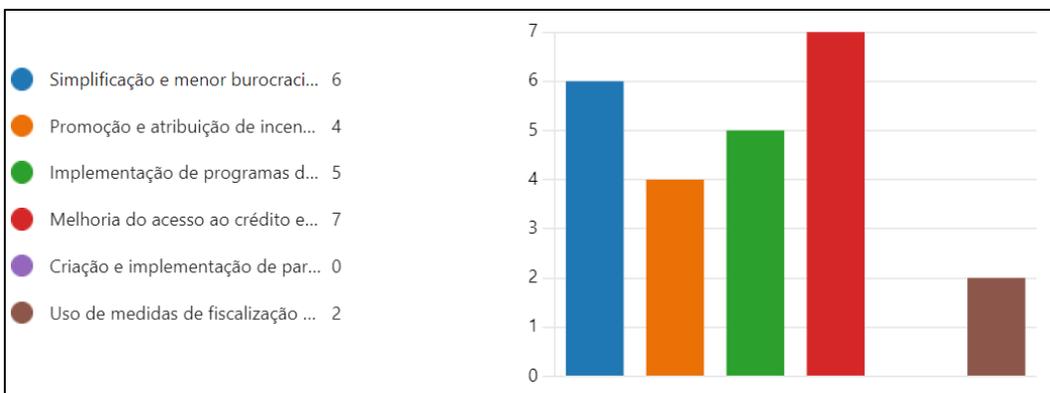
Questão n.º 10



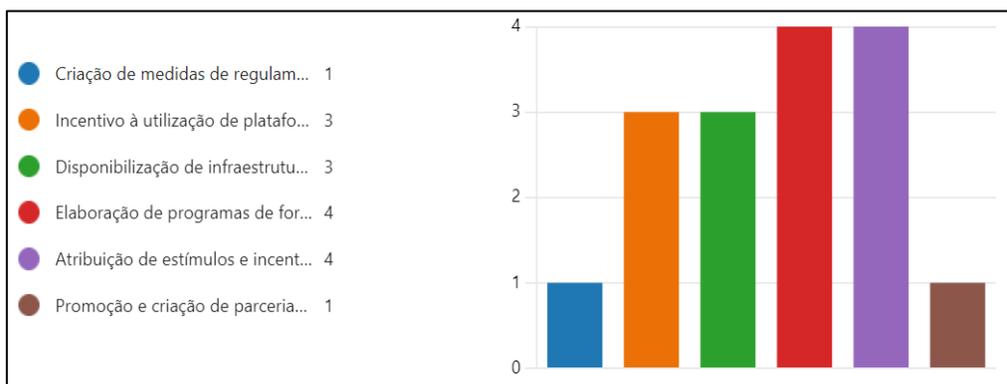
Questão n.º 11



Questão n.º 12



Questão n.º 13



Anexo C: Guião do Questionário da segunda ronda

1. Nome - (Não obrigatório)

2. Considera que, para Angola, a desmonetização da economia condiciona o desenvolvimento de atividades na economia paralela? SIM/NÃO? Se Sim, de que forma?

3. Considera que, para Angola, a desmonetização da economia poderá ser positiva no sentido de reduzir as atividades na economia informal? SIM/NÃO? Se Sim, de que forma?

4. Na sua opinião, de que forma o desenvolvimento de novos meios tecnológicos, a nível económico, possibilitam uma economia sem dinheiro físico?

5. De acordo com as conclusões da primeira fase do questionário e com base no seu conhecimento da área, selecione os dois benefícios decorrentes de uma medida de desmonetização da economia que são fundamentais para convencer e garantir a aceitação da transição para uma economia formal.

- i) Pagamentos eletrónicos que facilitam o acesso a serviços financeiros (promoção da inclusão financeira).
- ii) Processos de pagamento com dinheiro eletrónico mais rápidos, eficientes e transparentes.
- iii) Permite um registo das transações e a conseqüente produção de informações contabilísticas melhores e mais completas.

- iv) Combate à evasão fiscal (declaração mais real dos rendimentos) e ao financiamento do terrorismo.
- v) Redução nos custos de gestão cambial.
- vi) Redução de custos com a impressão e circulação da moeda.
- vii) Reforço de medidas de política monetária.
- viii) Papel de contenção da inflação e crises económicas.

6. De acordo com as conclusões da primeira fase do questionário, selecione os dois aspetos característicos das economias informais (ocultação de transações, por via da não utilização de meios de pagamento eletrónicos, ocultação de rendimentos, etc...) que mais condicionam a inclusão financeira.

- i) Incremento da poupança e da capacidade de subsistência financeira.
- ii) Maior vulnerabilidade económica associada à falta de proteção a nível social.
- iii) Aumento da desigualdade económica.
- iv) Incentivo ao empreendedorismo através de maiores ações de inovação.
- v) Criação de barreiras que condicionam a formalização económica e o crescimento de forma sustentável.

7. De acordo com as conclusões da primeira fase do questionário, selecione os dois maiores efeitos que uma medida de desmonetização da economia, com base no uso dos meios de pagamento digitais e no desenvolvimento tecnológico, tem na inclusão financeira da população (impactos podem ser positivos ou negativos).

- i) Aumento da sensibilização e facilidade de adoção dos serviços financeiros digitais.
- ii) Efeito negativo na inclusão financeira da população com dificuldades de acesso a internet, fibra ótica, banda larga, isto é, meios de conectividade.
- iii) Maior incentivo à formalização da economia e à adoção/utilização do método de transação via eletrónica.

- iv) Promoção da inclusão financeira (principalmente destinada à faixa populacional mais vulnerável) através, por exemplo da política de atribuição de contas bancárias.
- v) Redução do uso de dinheiro em “caixa” de forma a condicionar as transações informais.

8. De acordo com as conclusões da primeira fase do questionário, qual das opções reflete o maior impacto que uma medida de desmonetização da economia apresenta na diminuição das economias informais.

- i) Incentivo à utilização de meios de pagamento via digital, promovendo a manutenção de registros, transparência e rastreabilidade das transações.
- ii) Diminuição da existência de economias informais, por via de uma maior necessidade de registo e de conformidade com as regulamentações.
- iii) Aumento da transparência financeira e condicionamento da evasão fiscal.
- iv) Maior sensibilização e adoção das empresas ditas informais a programas de incentivo à formalização das suas atividades.

9. De acordo com as conclusões da primeira fase do questionário, quais são as duas opções que refletem a melhor estratégia de adesão ao uso de meios de pagamento eletrônicos, estes que são um pilar fundamental numa economia formal, na inclusão financeira e na digitalização de uma economia.

- i) Incentivo à utilização de plataformas de pagamento digital, simples, seguras e de confiança.
- ii) Disponibilização de infraestruturas digitais e de acesso à internet nas áreas rurais e remotas.
- iii) Elaboração de programas de formação digital destinados aos trabalhadores informais.
- iv) Atribuição de estímulos e incentivos fiscais e benefícios às empresas que atuem no ambiente digital.

10. De acordo com as conclusões da primeira fase do questionário, qual o fator mais impeditivo na transição dos países para uma economia formal?

- i) Pouca população com uso e acesso a contas bancárias (baixa inclusão financeira).

- ii) Pouca quantidade de incentivos e formações, direcionados às classes mais envelhecidas, a respeito do uso de métodos de pagamentos tecnológicos.
- iii) Poucas iniciativas de promoção de formações em literacia económica e financeira entre as classes menos instituídas.

11. De acordo com as conclusões da primeira fase do questionário, quais são dois benefícios mais convincentes e importantes para a transição para uma economia formal nos países com economias informais.

- i) Redução da fraude fiscal.
- ii) Acesso ao microcrédito.
- iii) Maior inclusão financeira.
- iv) Maior transparência na informação.
- v) Interesse pelo desenvolvimento próprio a nível educacional (maior literacia financeira, formação na gestão de negócios).

Anexo D: Resultados do Questionário da segunda ronda (questões presentes no anexo C)

Questão n.º 2

Não. [duas respostas]
Sim.
Sim. Redução do uso de dinheiro em “caixa” de forma a condicionar as transações informais.
Sim. Com a desmonetização da economia haverá maior controlo e fiscalização das actividades na economia paralela.
Sim claramente, o nível de bancarização ainda é reduzido no país, uma boa parte das transações são realizadas fora do sistema bancário e longe do fisco.
Sim, na medida em que a desmonetização tem em si subjacente a formalização da economia, o que, por si só, já desincentiva o desenvolvimento de actividades na economia paralela, já que esta última tem as suas transações fortemente dependentes da disponibilidade de moeda em circulação.

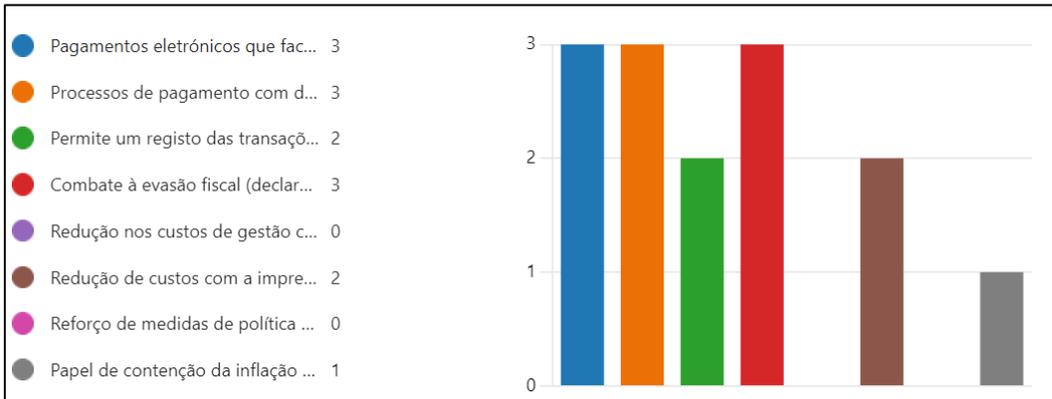
Questão n.º 3

Não.
Não, porque me parece que a informalidade em Angola é explicada grande parte pela taxa de pobreza e não necessariamente pelo exposto.
Sim.
Sim. Combate a evasão fiscal.
Sim, criando condições de comprar sem dinheiro físico
Sim. Os agentes económicos informais terão a necessidade de formalizar as suas actividades no sentido de acederem a inclusão financeira e aos meios de pagamentos digitais simples, seguros e transparentes.
Sim considero. A desmonetização obrigará a que as transacções monetárias decorrentes de operações de compra e venda no sector informal sejam efectuadas por mecanismos electrónicos/digitais, permitindo, de algum modo, um maior controlo por parte do Governo que pode utilizar estes mecanismos como meio de incentivo para a formalização do informal, mostrando as vantagens dessa transição aos agentes económicos no sector.

Questão n.º 4

Divulgando cada vez mais a importância de fazer compras sem dinheiro físico e disponibilizando condições para o efeito.
O desenvolvimento de novos meios tecnológicos possibilita uma economia sem dinheiro, na medida em que se abre um mundo de vastas possibilidades para se efectuarem pagamentos, não obstante a redução de distâncias e a minimização dos recursos necessários, uma vez que, por exemplo, uma compra em uma loja no exterior do país pode ser feita via telemóvel, o que reduz de modo significativo os custos envolvidos nesta transação (dinheiro, tempo, riscos e outros), que de outro modo seriam bastante elevados, levantando-se até a possibilidade de que inviabilizassem a ocorrência da mesma. Além do surgimento de novos meios e instrumentos de pagamento, permite que uma gama de serviços financeiros sejam disponibilizados pelas empresas e usufruídos pelos consumidores sem altos custos envolvidos - contas de poupança e aplicações em títulos via internet. Ademais, propicia o surgimento de um ambiente económico mais confiável, pois o acesso à informação é bem mais fácil, rápido e barato com recurso à tecnologia, o que pode conduzir a uma melhor tomada de decisões de consumo, poupança e investimento e um melhor relacionamento dos agentes económicos.
A tecnologia tem a capacidade de reduzir os custos de emissão e a partir daí gerar poupança para áreas prioritárias, mas também permite o país ter acesso a uma rede de pagamentos/recebimentos mundiais (inclusão financeira)
O desenvolvimento de novos meios tecnológicos, a nível económico possibilitam uma economia sem dinheiro físico quando esta é formal.
Na medida em que quanto mais as pessoas utilizarem os meus tecnológicos menos dinheiro haverá em circulação.
Aumento da sensibilização e facilidade de adoção dos serviços financeiros digitais.
O desenvolvimento de sistemas de pagamento eletrônico, como cartões de crédito, débito, carteiras digitais (como PayPal, Apple Pay, Google Pay), e sistemas de pagamento por aproximação (NFC), tornou mais fácil e conveniente realizar transações sem a necessidade de dinheiro físico.

Questão n.º 5



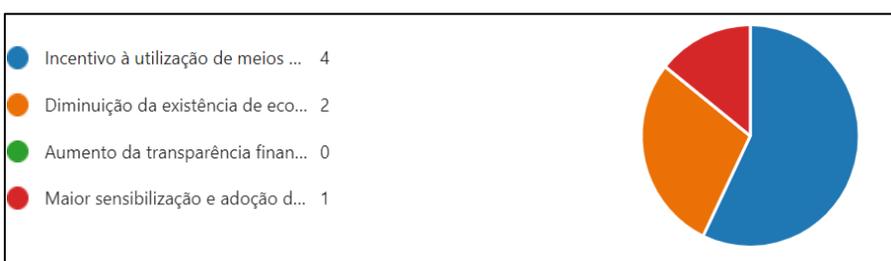
Questão n.º 6



Questão n.º 7



Questão n.º 8



Questão n.º 9



Questão n.º 10



Questão n.º 11

